



Município de Vale de Cambra

2017

2

14/11/17

0

Plano

2

3

Relatório e Contas



Município de Vale de Cambra

2
0
2
3

Handwritten signatures and initials are visible to the right of the numbers.

Índice

Índice

Relatório e Contas.....	6
Introdução.....	7
Reporte Financeiro.....	9
Análise Económica e Financeira.....	10
Análise Orçamental.....	18
Execução Orçamental da Receita.....	20
Execução Orçamental da Despesa.....	23
Execução das Grandes Opções do Plano.....	27
Alterações Orçamentais.....	29
Serviço da Dívida.....	32
Rácios Orçamentais.....	33
Análise de custos e rendimentos por funções.....	35
Análise dos Resultados por Funções.....	36
Análise dos Resultados por Produtos Vendidos e Serviços Prestados.....	38
Análise dos Custos por Atividades ou Funções.....	40
Outros.....	47
Endividamento Municipal.....	48
Redução dos Pagamentos em Atraso.....	50
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	51
Demonstrações Financeiras.....	52
Balanço.....	53
Demonstração de Resultados por Natureza.....	54
Demonstração das Alterações no Património Líquido 2022.....	55
Demonstração das Alterações no Património Líquido 2023.....	56
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	57
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	58
1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico.....	59
1.1 — Identificação da Entidade e Período de Relato.....	59
1.2 — Referencial contabilístico e demonstrações financeiras.....	62
2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	64
2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	65
2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes.....	65
2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	77
2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro.....	78
2.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas.....	78
3. Ativos Intangíveis.....	79
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	81
6. Locações.....	87
7. Custo de Empréstimos Obtidos.....	87
8. Propriedades de Investimento.....	88
10. Inventários.....	89
13. Rendimento de Transação com Contraprestação.....	90
14. Rendimento de Transação sem Contraprestação.....	91
15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	95
17 – Acontecimentos após a data de relato.....	96
18 - Instrumentos financeiros.....	96
18.1 – Entidades Participadas.....	96
18.2 – Outros Ativos Financeiros.....	97

19 – Benefícios dos Empregados.....	98
20. Divulgação de partes relacionadas.....	99
21 - Relato por segmentos.....	100
22 – Interesses em Outras Entidades.....	100
23 – Outras Divulgações.....	101
23.1 – Diferimentos Passivos / Subsídios.....	101
23.2 – Outras contas a receber – Acréscimos de Rendimentos.....	102
23.3 – Outras Contas a Pagar.....	102
23.4 – Património Líquido.....	102
23.5 – Subsídios Concedidos.....	103
23.6 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	104
23.7 – Garantias e Avals.....	105
23.8 – Cauções e Retenções.....	105
Mapas Anexos às Demonstrações Orçamentais.....	106
Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental.....	107
Demonstrações Orçamentais e Mapas Anexo.....	108
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	109
Plano Plurianual de Investimento.....	110
Demonstração de Desempenho Orçamental.....	111
Demonstração de Execução Orçamental da Receita.....	112
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa.....	113
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	114
Alterações Orçamentais da Receita.....	115
Alterações Orçamentais da Despesa.....	116
Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.....	117
Alterações ao Plano Atividades Municipal.....	118
Operações de Tesouraria.....	119
Contratação Administrativa – Situação dos Contratos.....	120
Contratação Administrativa – Adjudicações por Tipo de Procedimento.....	121
Transferências e Subsídios Concedidos.....	122
Transferências e Subsídios Recebidos.....	123
Encargos Contratuais.....	124
Outros Mapas a Divulgar.....	125
Ata da Deliberação Fixação do Número de Vereadores.....	126
Delegação de Competências.....	127
Mapa de Empréstimos.....	128
Mapa da Locação Financeira.....	129
Relação Nominal de Responsáveis pela Execução Financeira e Orçamental.....	130
Responsáveis pelas Demonstrações Financeiras.....	131
Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais.....	132
Mapa dos Investimentos Financeiros.....	133
Mapa de Acumulação de Funções.....	134
Extratos Saldos Bancários Reportados ao fim do Exercício e dos Juros Obtidos no Exercício.....	135
Reconciliações Bancárias.....	136
Síntese das Reconciliações Bancárias.....	137
Dívida Total.....	138
* Entidades Relevantes para Efeitos da Dívida Total.....	138
* Apuramento da Dívida Total.....	138
Transferência de Competências de Órgãos do Estado.....	139
Delegação de Competências do Município.....	140
Norma de Controlo Interno.....	141
Declarações Previstas na Alíneas a) e b) - n.º 1, artº15.º da Lei 22/2015, 17 de março.....	142
* Declaração de Compromissos Plurianuais.....	142



Município de Vale de Cambra

2

0

2

3

Relatório e Contas

[Handwritten signatures and initials]

* Declaração de Pagamentos em Atraso.....	142
* Declaração de Recebimentos em Atraso.....	142
Declaração de Responsabilidade.....	143
Mapa da Base de Dados de Contas.....	144
Ata da Reunião de Apreciação e de Aprovação das Contas.....	145







Introdução

O presente relatório de gestão visa efetuar uma análise conjunta da execução do orçamento do Município de Vale de Cambra no ano de 2023 e da sua situação económico-financeira, concomitantemente à inclusão de outras considerações que se entende revestirem de relevância nos termos da legislação e normativos aplicáveis.

Assim, essas análises baseiam-se, desde logo, no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente apreciados e aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2022.

São também incluídas informações baseadas em documentos contabilísticos que possuem características marcadamente de natureza patrimonial, económica e financeira, como sejam documentos essenciais como o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outros.

Consequentemente, serão objeto de análise ao pormenor neste relatório tanto os indicadores de gestão relacionados com a receita como os indicadores de gestão interligados com a despesa.

No que diz respeito à receita, efetuam-se análises à sua estrutura globalmente considerada, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. No que concerne à estrutura da despesa, os critérios de apresentação que se utilizam seguem direções semelhantes às tomadas aquando da apresentação da receita. Não obstante, e dada as características inerentes aos mapas obrigatórios, procede-se à adição de análises ainda mais detalhadas, como são aquelas referentes à desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas que constituem o Plano Plurianual de Investimentos.

Efetua-se também uma comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, tendo em vista a inclusão na presente documentação do valor que oportunamente (em sessão de Assembleia Municipal que se realizou a 09 de fevereiro de 2023) foi utilizado numa alteração orçamental modificativa já relativa ao Orçamento de 2023, procedendo assim de acordo com a legislação em vigor, no caso, em concordância com o preceituado na Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – Lei de Orçamento de Estado para 2023, no seu artigo 81.º: “Após aprovação do mapa “Demonstração do desempenho orçamental”, pode ser

incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.

Obedecendo ao objetivo basilar do presente relatório – informação que se revista de coerência, utilidade e fiabilidade, o relato das contas do Município de Vale de Cambra dispõe-se em diversos pontos essenciais, que se juntam à presente introdução.

Assim, e neste contexto e de forma geral, é apresentado o Reporte Financeiro, seguido tanto de uma Análise Económica e Financeira como de uma Análise Orçamental. Para além disso, são incluídos outros aspetos, relacionados com endividamento e redução de pagamentos em atraso e proposta de aplicação de resultados.

Em anexo é apresentado organograma em vigor em 2023, a composição do Órgão Executivo e delegação de competências, entre outra informação que se considera ser passível de divulgação.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2023 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Sistema de Normalização Contabilística para as Autarquias Locais.

Reporte Financeiro

O Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) integra a estrutura conceitual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional. Esta característica acarreta em si mesma um paradigma de prestação de contas recente e que, para além do cumprimento legal, permite a verificação da harmonização, da credibilidade, da transparência e da comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. Cada vez mais traz-se o foco para o reporte de informação que seja útil, possua a mesma carácter financeiro ou não financeiro. Importa é que a mesma reflita, de uma forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, através da norma de contabilidade pública (NCP) 26, de contabilidade financeira, através da NCP 1 e de contabilidade de gestão, através da NCP 27. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Efetua-se então uma análise das contabilidades orçamental, financeira e de gestão. Devemos destacar as divergências que existem entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental), necessariamente pela natureza distinta dos conceitos que são aplicados em cada uma das contabilidades.

Tendo então presente tudo isto, a escalpelização que de seguida se efetua sustenta-se firmemente nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que também se apresentam.

Análise Económica e Financeira

Reitera-se então que, no âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas se centram essencialmente no sentido de proporcionar informação que se revele de utilidade aos seus públicos-alvo, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras (DF's) foram preparadas e apresentadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública (NCP) do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, estabelece a estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das alterações no Património Líquido e do Anexo às DF's. Os comparativos apresentados, referentes ao ano de 2023, são comparáveis com os do ano 2022.

O Balanço é a peça das demonstrações financeiras que permite uma melhor compreensão da posição financeira da entidade, apresentando-se o ativo e o passivo do balanço divididos em “não corrente” e em “corrente”.

EVOLUÇÃO DO ATIVO

Rubricas	2023	2022
ATIVO		
Ativo não corrente	80 513 124,46 €	79 665 261,60 €
Ativos fixos tangíveis	77 283 159,43 €	76 985 601,66 €
Propriedades de investimento	420 851,88 €	431 916,96 €
Ativos intangíveis	254 839,36 €	273 818,06 €
Participações financeiras	1 990 686,31 €	1 967 267,64 €
Cientes, contribuintes e utentes	7 962,20 €	6 657,28 €
Outras contas a receber	555 625,28 €	0,00 €
Ativo corrente	13 684 426,52 €	14 228 850,20 €
Inventários	225 159,09 €	247 525,63 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	718 761,77 €	455 956,89 €
Cientes, contribuintes e utentes	173 638,77 €	160 850,18 €
Estado e outros entes públicos	33 615,83 €	47 457,46 €
Outras contas a receber	3 681 357,43 €	3 711 605,67 €
Diferimentos	36 357,34 €	10 672,80 €
Caixa e depósitos	8 815 536,29 €	9 594 781,57 €
Total Ativo	94 197 550,98 €	93 894 111,80 €

É possível, no imediato, afirmar que o Ativo registou um aumento de 0,32% face a 2022, equivalente a uma diferença de 303.439,18€.

Referindo-nos à estrutura do ativo, são os Ativos Fixos Tangíveis a deter o maior peso relativo, com 82,04%, seguido de Caixa e Depósitos com 9,36%.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

Rubricas	2023	2022
PASSIVO		
Passivo não corrente	7 059 929,73 €	7 990 434,69 €
Provisões	507 606,77 €	507 606,77 €
Financiamentos obtidos	6 528 133,96 €	7 359 824,67 €
Outras contas a pagar	24 189,00 €	123 003,25 €
Passivo corrente	6 164 092,53 €	5 248 096,61 €
Fornecedores	309 295,17 €	248 678,11 €
Estado e outros entes públicos	79 065,44 €	76 363,31 €
Financiamentos obtidos	801 382,42 €	771 074,15 €
Fornecedores de investimentos	16 420,68 €	11 911,98 €
Outras contas a pagar	2 077 336,72 €	1 939 835,64 €
Diferimentos	2 880 592,10 €	2 200 233,42 €
Total Passivo	13 224 022,26 €	13 238 531,30 €

No outro membro do Balanço, o Passivo, apura-se uma diminuição de 14.509,04€, totalizando 13.224.022,26€.

As rubricas que detêm maior predominância no Passivo são os Financiamentos Obtidos com um peso de 55,43% e as relativa a Diferimentos (21,78%) e a Outras Contas a Pagar (15,89%).

EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Rubricas	2023	2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido	80 973 528,72 €	80 655 580,50 €
Património/Capital	20 811 649,64 €	20 811 649,64 €
Reservas	2 189 089,69 €	2 176 702,44 €
Resultados transitados	35 790 574,56 €	35 721 697,21 €
Ajustamentos em ativos financeiros	831 508,91 €	785 099,41 €
Outras variações no património líquido	21 749 965,23 €	20 912 686,84 €
Resultado líquido do período	-399 259,31 €	247 744,96 €
Total Património Líquido	80 973 528,72 €	80 655 580,50 €

Centrando-nos agora no Património Líquido temos que, basicamente, o seu pequeno aumento no total, com mais 317.948,22€ face a 2022 se deve ao efeito positivo no valor dos Resultados Transitados via aplicação de resultados de 2022, às Reservas, aos Ajustamentos em Ativos Financeiros (movimento que resulta da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial às participadas do Município) e a Outras variações no património líquido. Em sentido contrário está a diminuição, para valores negativos, do Resultado Líquido do Período.

A Demonstração de Resultados por Natureza é o instrumento contabilístico que reflete o desempenho do Município, demonstrando como se formaram os resultados, comparando os rendimentos e gastos.

No entanto, é de referir que em 01/04/2022, foi transferida a Delegação de Competências ao abrigo da Lei nº 50/2018, com impactos nos rendimentos e gastos associados a esta nova competência do município, e que portanto 2023 foi o primeiro ano completo a sofrer o impacto de tal circunstância.

No quadro seguinte é possível verificar que o saldo da atividade “Educação” apresenta um valor negativo de 4.746.588,84€ (que inclui todos os níveis de ensino), sendo que o que respeita aos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário totaliza -1.918.985,74€.

EDUCAÇÃO - ANÁLISE DOS RESULTADOS

	Pré escolar e 1.º CEB			2º e 3º CEB e Secundário		
	Gastos	Rendimentos	Saldo	Gastos	Rendimentos	Saldo
Pessoal	1 008 974,98 €	554 572,90 €	-454 402,08 €	1 455 003,50 €	804 014,39 €	-650 989,11 €
Refeições	883 347,17 €	196 745,51 €	-686 601,66 €	479 529,41 €	222 216,88 €	-257 312,53 €
Leite Escolar (1)	38 387,81 €	34 170,10 €	-4 217,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transportes Escolares	834 851,34 €	9 216,10 €	-825 635,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transportes NEE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	84 168,27 €	45 559,00 €	-38 609,27 €
AEC (1)	178 849,93 €	61 351,00 €	-117 498,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prolongamento Horário	216 345,16 €	147 729,23 €	-68 615,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Despesas Correntes	632 572,89 €	925,61 €	-631 647,28 €	573 272,11 €	158 840,00 €	-414 432,11 €
Ação Social Escolar (2)	38 984,27 €	0,00 €	-38 984,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Organização e Gestão Escolar (2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	603 358,57 €	32 373,29 €	-570 985,28 €
Equipamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 688,44 €	19 031,00 €	13 342,56 €
TOTAIS	3 832 313,55 €	1 004 710,45 €	-2 827 603,10 €	3 201 020,30 €	1 282 034,56 €	-1 918 985,74 €

Rendimentos Totais	2 286 745,01 €
Gastos Totais	7 033 333,85 €
Saldo	-4 746 588,84 €

^(1) – Decorreu da nova transferência de competências mas diz respeito a Pré / 1.º CEB

^(2) – Despesas comuns a ambos os níveis de ensino

De referir que, ainda no âmbito da transferência de competências, ocorreu em janeiro de 2023 a transferência no domínio da ação social e que significou um acréscimo na despesa de 196.265,46€, e só em março de 2024 é que foi aceite a transferência de competências no domínio da saúde.

Como é passível de ser verificado através da estrutura e evolução dos Gastos do Município que se encontra no quadro a seguir, vemos que em 2023 se assistiu a um forte aumento face ao ano transato, no montante de 2.758.423,28€.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Rubricas	2023	2022
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-31 008,29 €	-13 959,80 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-546 454,22 €	-467 611,75 €
Fornecimentos e serviços externos	-6 816 483,94 €	-5 492 427,37 €
Gastos com pessoal	-6 886 090,11 €	-6 266 280,89 €
Transferências e subsídios concedidos	-2 257 167,70 €	-1 830 775,38 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-18 678,06 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €
Outros gastos	-297 203,30 €	-285 050,35 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 949 805,44 €	-3 870 127,01 €
Juros e gastos similares suportados	-338 866,36 €	-157 101,59 €
Total de Gastos	-21 141 757,42 €	-18 383 334,14 €

Com mais pormenor, podemos afirmar que em termos absolutos as variações relativamente ao aumento de gastos face ao ano de 2022 se apresentam em Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 1.324.056,57€, seguido de Gastos com Pessoal com 619.809,22€, de Transferências e Subsídios Concedidos com 426.392,32€, dos Juros e Gastos Similares Suportados com 181.764,77€, dos Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização com 79.678,43€, do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas com 78.842,47€, em Imparidade de Dívidas a Receber com 18.678,06€, em Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 17.048,49€ e em Outros Gastos no valor de 12.152,95€.

No que concerne à estrutura e evolução dos Rendimentos obtidos pelo Município de Vale de Cambra, o quadro que seguidamente se apresenta permite-nos aferir que globalmente se assistiu a um aumento dos rendimentos obtidos em 2023 face a 2022 no valor total de 2.111.419,01€.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Rubricas	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	5 388 296,88 €	4 912 226,58 €
Vendas	862 600,24 €	865 562,33 €
Prestações de serviços e concessões	1 040 101,75 €	867 793,16 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 654 902,48 €	9 260 726,26 €
Trabalhos para a própria entidade	247 983,36 €	190 058,30 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	5 881,28 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	218 745,58 €
Outros rendimentos	3 524 661,83 €	2 296 684,89 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23 951,57 €	13 400,72 €
Total rendimentos	20 742 498,11 €	18 631 079,10 €

O referido aumento teve por base os acréscimos de 1.227.976,94€ na rubrica de Outros Rendimentos, 476.070,30€ em Impostos, Contribuições e Taxas, 394.176,22€ em Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, 172.308,59€ nas Prestações de Serviços e Concessões, 57.925,06€ em Trabalhos para a Própria Entidade e 10.550,85€ em Juros e Rendimentos Similares Obtidos. Em sentido contrário, é de notar o efeito de 218.745,58€ nas Provisões, 5.881,28€ na Imparidade de Dívidas a Receber e de 2.962,09€ nas Vendas.

A Demonstração das Alterações no Património Líquido que se apresenta em anexo, foi elaborada de acordo com a NCP1, de onde se salienta o resultado do período e outros ajustamentos que foram reconhecidos diretamente no património líquido. Relata também os fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2023 e está classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Este documento apresenta informação que permite uma avaliação do impacto dessas atividades na posição financeira da entidade, quantia de caixa e equivalentes de caixa, recebimento e pagamentos ocorridos associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria), saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais efetuam para terceiros, não existindo por isso movimentações orçamentais, logo são apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro que se apresenta de seguida possui uma síntese dos movimentos dos fluxos de caixa ocorridos ao longo do exercício económico de 2023.

FLUXOS DE CAIXA

Recebimentos e Pagamentos	2023	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	2 723 512,81 €	
Recebimentos	18 896 466,52 €	
Pagamentos		16 172 953,71 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento		2 389 345,65 €
Recebimentos	1 903 825,66 €	
Pagamentos		4 293 171,31 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		1 113 412,44 €
Recebimentos	5 783,86 €	
Pagamentos		1 119 196,30 €
Variação de caixa e seus equivalentes	-779 245,28 €	

Saldo de gerência anterior (SGA)	9 594 781,57 €
SGA De execução orçamental	8 902 304,89 €
SGA De operações de tesouraria	692 476,68 €

Saldo para a gerência seguinte (SGS)	8 815 536,29 €
SGS De execução orçamental	8 087 362,28 €
SGS De operações de tesouraria	728 174,01 €

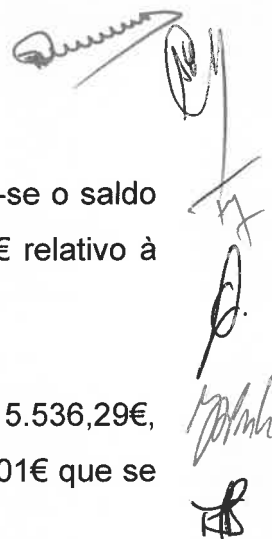
Da análise aos movimentos financeiros que ocorreram na gerência de 2023, conclui-se que o montante que deriva da poupança nas atividades operacionais, no valor de 2.723.512,81€ (diferença entre os recebimentos relativos às atividades operacionais e os pagamentos), foi utilizado para custear as atividades de investimento e as atividades de

financiamento.

Aos valores relativos da variação de caixa e seus equivalentes de 2023 soma-se o saldo da gerência anterior que totaliza 9.594.781,57€ e se divide em 8.902.304,89€ relativo à execução orçamental e 692.476,68€ relativo a operações de tesouraria.

Consequentemente, resulta que o saldo para a gerência seguinte é de 8.815.536,29€, dividido em 8.087.362,28€ que diz respeito a execução orçamental e 728.174,01€ que se refere a operações de tesouraria.

Em sessão de Assembleia Municipal que se realizou a 09 de fevereiro de 2024, aquele valor de 8.087.362,28€ foi utilizado numa alteração orçamental modificativa efetuada ao Orçamento de 2024, procedendo de acordo com a legislação em vigor, no caso, em concordância com o preceituado na Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro – LOE para 2024, no seu artigo 77.º: “Após aprovação do mapa “Demonstração do desempenho orçamental”, pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.



Análise Orçamental

Procurando conseguir obter uma melhor compreensão da dinâmica da execução orçamental, a análise que se efetua de seguida procede a uma comparação dos valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa. Esta análise permite perceber a fiabilidade do orçamento municipal ao mesmo tempo que expõe a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

Como é conhecido, a estrutura orçamental tem como base receitas correntes e receitas de capital, que, por sua vez, suportam diferentes tipologias de despesa. A mesma encontra-se sujeita ao princípio do equilíbrio orçamental, alinhando-se numa perspetiva de otimização da receita angariada face às necessidades de despesa existentes.

É de referir que as taxas de execução da despesa se referem a obrigações efetivamente pagas (e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos) no exercício de 2023. Por outro lado, a taxa de execução da receita relativiza a cobrança efetiva com a cobrança orçada.

EXECUÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2023

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (b)/(a)
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	
1 – Saldo da Gerência Anterior	8 902 304,89	8 902 304,89	0,00	100,00%
Receitas Correntes	18 768 740,47	18 584 479,84	-184 260,63	99,02%
Receitas de Capital	3 631 719,33	2 447 929,22	-1 183 790,11	67,40%
2 – Total de Receitas	31 302 764,69	29 934 713,95	-1 368 050,74	95,63%
Despesas Correntes	20 146 934,69	16 343 030,89	-3 803 903,80	81,12%
Despesas de Capital	11 155 830,00	5 504 320,78	-5 651 509,22	49,34%
3 – Total de Despesas	31 302 764,69	21 847 351,67	-9 455 413,02	69,79%

Verifica-se, na sequência da análise efetuada, que o total do orçamento final para o exercício foi de 31.302.764,69€, sendo o total da receita cobrada (incluindo saldo de gerência anterior) de 29.934.713,95€ e o total da despesa paga de 21.847.351,67€.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa os 21 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do orçamento da despesa de 69,79%.

A taxa de execução das despesas de investimento atingiu 49,34%, tendo-se aproximado dos 6 milhões de euros. Já as despesas correntes apresentaram uma execução de 81,12%, o que determina que sejam estas as despesas que mais convergem para a execução orçamental.

As receitas correntes apresentam uma execução de 99,02%, o que significa que do total de 18.768.740,47€ previstos arrecadar foram cobrados 18.584.479,84€. O desvio é de, portanto, (-) 184.260,63€.

No que se refere às receitas de capital, para uma previsão final de 3.631.719,33€ arrecadaram-se 2.447.929,22€, ou seja, 67,40% face ao valor previsto, gerando um desvio de (-) 1.183.790,11€.

É de reiterar que em 01/04/2022, foi operacionalizada a Transferência de Competências ao abrigo da Lei nº 50/2018, com impactos nos rendimentos e gastos associados a esta nova competência do município, tendo sido o ano de 2023 o primeiro ano completo de exercício de competências transferidas nas áreas da educação e ação social.

Execução Orçamental da Receita

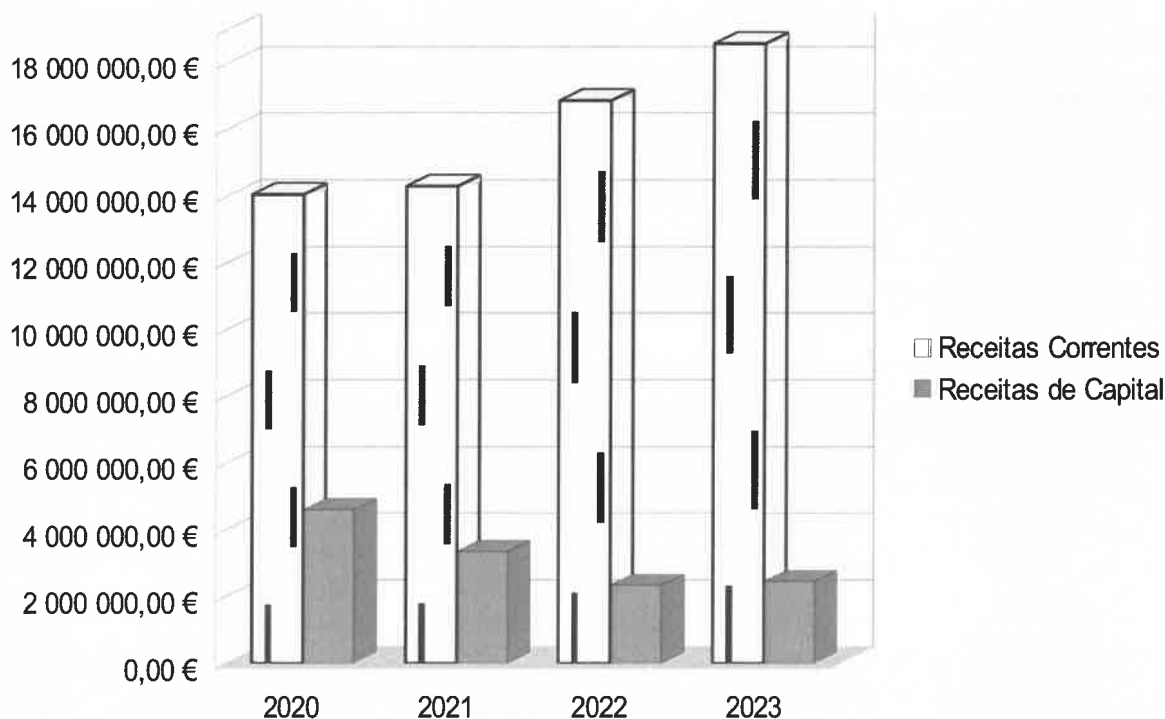
No quadro e gráfico que são apresentados de seguida é passível de serem observados os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA DE 2020 A 2023

DESIGNAÇÃO	2020		2021		2022		2023	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	14 051 223,58 €	75,33%	14 295 804,98 €	81,04%	16 865 229,25 €	87,88%	18 584 479,84 €	88,36%
Receitas de Capital	4 600 968,39 €	24,67%	3 345 260,22 €	18,96%	2 326 227,24 €	12,12%	2 447 929,22 €	11,64%
Total	18 652 191,97 €	100,00%	17 641 065,20 €	100,00%	19 191 456,49 €	100,00%	21 032 409,06 €	100,00%

Un.: Euros (€)

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2020 A 2023



A execução da receita para o ano de 2023 foi de 21.032.409,06€. Dentro deste valor, 18.584.479,84€ correspondem ao montante das receitas correntes e 2.447.929,22€ dizem respeito às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada (excecionando saldo de gerência) registou uma taxa de execução de 93,89%, face às previsões corrigidas.

Tendo em consideração toda a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade na sua cobrança face às receitas de capital, pois correspondem a um peso de 88,36% face a 11,64%, respetivamente.

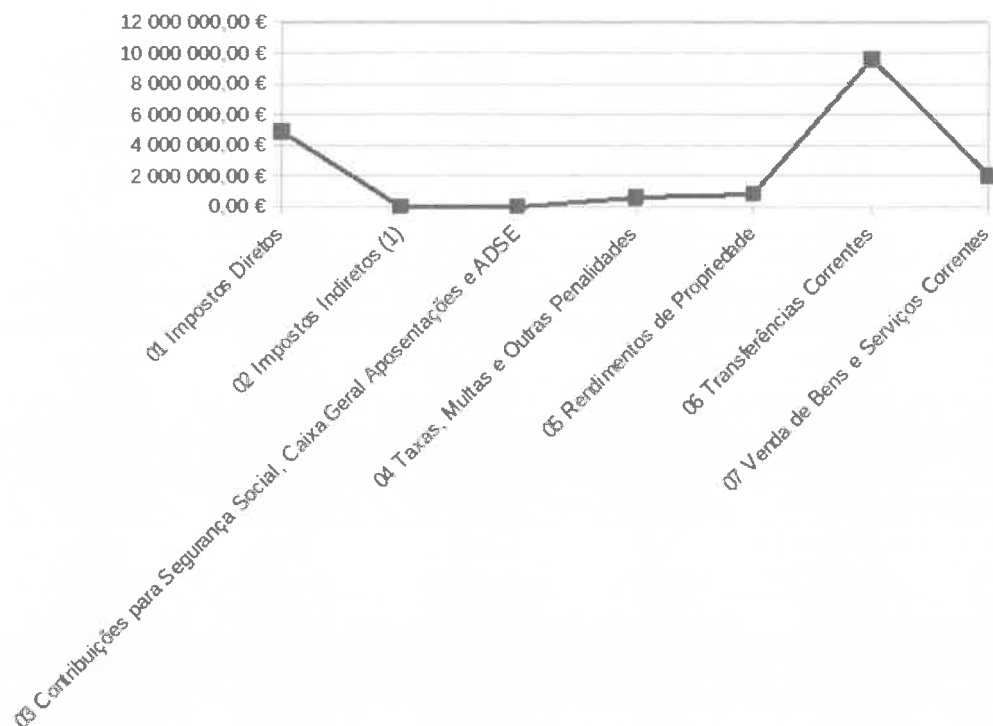
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

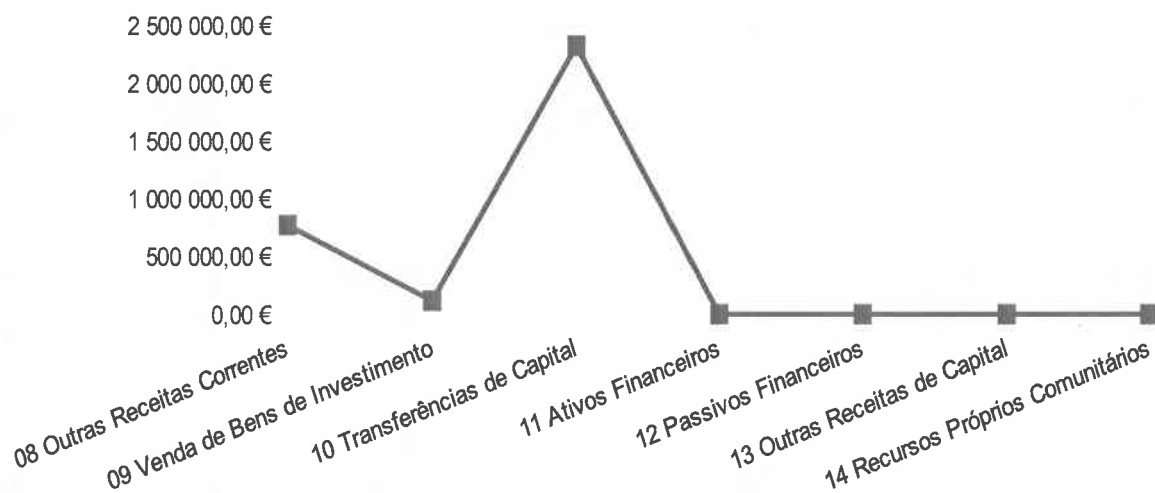
DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA LIQUIDA			
	2020	2021	2022	2023
01 Impostos Diretos	3 831 484,88	4 060 124,44	4 390 788,63	4 855 118,40
02 Impostos Indiretos (1)	285 326,81	0,00	0,00	0,00
03 Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral Aposentações e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	318 927,80	498 387,01	616 229,96	552 886,97
05 Rendimentos de Propriedade	685 144,87	686 411,44	886 527,64	812 637,77
06 Transferências Correntes	7 383 222,68	7 458 403,23	9 064 936,37	9 600 594,24
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 414 649,64	1 412 812,62	1 740 161,51	1 990 889,20
08 Outras Receitas Correntes	132 466,90	179 666,24	166 585,14	772 353,26
09 Venda de Bens de Investimento	273 893,50	33 864,00	368 390,00	117 346,30
10 Transferências de Capital	3 369 194,23	3 292 519,30	1 942 053,60	2 330 582,92
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	900 719,92	0,00	0,00	0,00
13 Outras Receitas de Capital	57 160,74	18 876,92	15 783,64	0,00
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Saldo da Gerência Anterior	5 739 343,20	8 312 459,02	8 850 781,04	8 902 304,89
Total	24 391 535,17	25 953 524,22	28 042 237,53	29 934 713,95

(1) – Por força de alteração do classificador contabilístico, a tipologia 02 Impostos Indiretos foi retirada do plano de contas orçamental municipal

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CORRENTE EM 2023



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA DE CAPITAL EM 2023



Pelo exposto, e dado que está terminada a análise ao conjunto da receita que foi arrecadada em 2023, tal como apresentado nos gráficos e quadro anteriores, é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante muito significativo, atingindo o valor de 8.983.885,60€, a que se junta o valor do saldo de gerência de 2022 de 8.902.304,89€, totalizando assim 17.886.190,49€. Ainda assim, é de notar que as transferências correntes e de capital são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município (principalmente as primeiras), alcançando em 2023 os montantes de 9.600.594,247€ e 2.330.582,92€, respetivamente.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresenta uma maior expressão, uma vez que atinge uma arrecadação no valor de 4.855.118,40€ na gerência de 2023, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.990.889,20€. A venda de bens de investimento resultou numa taxa de execução de 94,51%, originada pelo peso da execução absoluta no valor de 117.346,30€ face ao montante que estava previsto no valor de 124.157,30€.

Retirando desta análise o valor do saldo da gerência anterior, a receita líquida cobrada em 2023 atingiu um valor de 21.032.409,06€, voltando a assistir-se, de forma semelhante ao que vinha acontecendo nos exercícios económicos anteriores, à primazia das receitas correntes em relação às receitas de capital, bem por força dos impostos diretos e principalmente das transferências correntes.

Execução Orçamental da Despesa

A execução orçamental da despesa - despesa paga - está associada à capacidade de solvência do Município, algo que se traduz nas disponibilidades de tesouraria até 31 de dezembro de cada exercício económico. Será importante mencionar que tal representa não apenas a despesa do ano em análise, mas também a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.

Tendo sempre em atenção a responsabilidade que os municípios têm na prestação de

diversos serviços públicos da maior necessidade para as suas populações, como são exemplo a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, que é absolutamente imperativo que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência, eficácia e eficiência.

Consequentemente, neste ponto procede-se a uma análise da despesa executada, identificando-se, por um lado, o alcance mais genérico das despesas correntes e das despesas de capital e, por outro lado, observando a sua natureza mais específica, como sejam, por exemplo, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, entre outras.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE 2020 A 2023

DESIGNAÇÃO	2020		2021		2022		2023	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	9 953 221,71	61,90%	11 232 764,75	65,68%	13 776 807,56	79,98%	16 343 030,89	74,81%
Despesas de Capital	6 125 854,44	38,10%	5 869 978,43	34,32%	5 363 125,08	28,02%	5 504 320,78	25,19%
Total	16 079 076,15	100,00%	17 102 743,18	100,00%	19 139 932,64	108,00%	21 847 351,67	100,00%

A análise à evolução global da despesa paga no período de 2020 a 2023, permite observar um novo aumento de despesas correntes pagas em 2023 face a 2022, algo que já tinha acontecido entre 2022 e 2021. Verifica-se também um aumento nos valores relativos ao pagamento de despesas de capital face a 2022, embora em termos de peso percentual apenas signifiquem 25% do total da despesa paga.

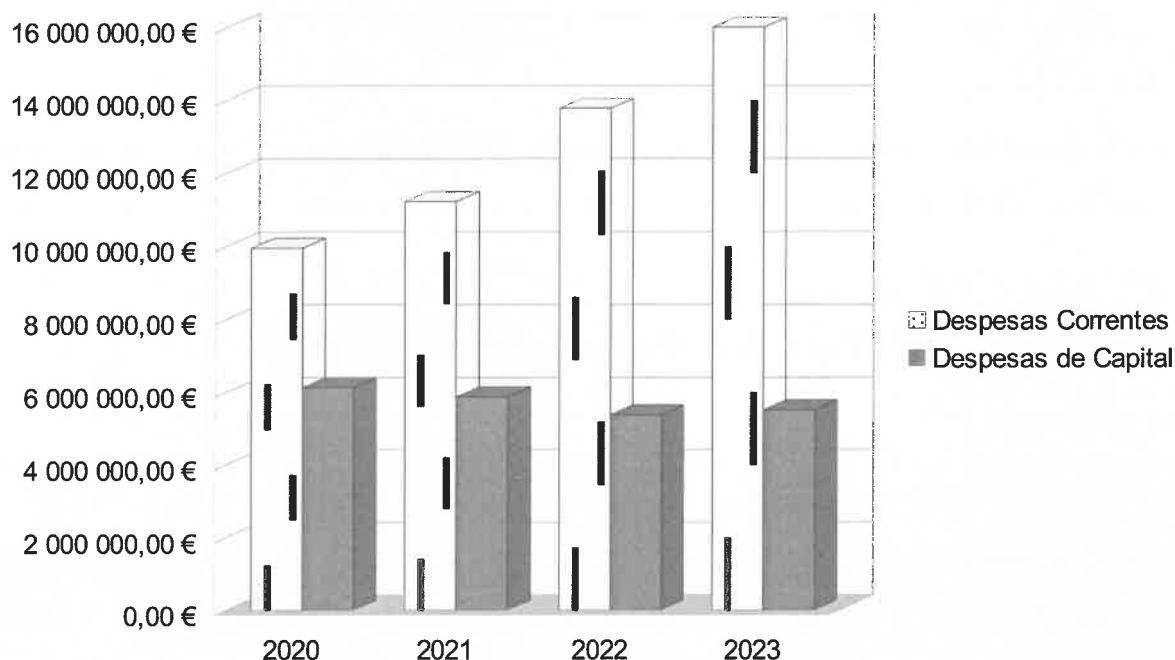
Verifica-se, com a análise ao quadro anterior, que a despesa paga em 2023 totalizou o valor de 21.847.351,67€, apresentando um aumento, relativamente a 2022, de 2.707.419,03€.

Analisados os grandes números da despesa realizada, assiste-se a uma taxa de execução de 69,79% em relação ao valor total previsto de 31.302.764,69€, para o ano económico de 2023.

Conclui-se, da análise aos montantes previsionais face à execução da natureza da despesa, que a despesa corrente, com um valor previsional de 20.146.934,69€, contribuiu com um peso de 81,12% para o maior rigor da previsão orçamental. Já a despesa de

capital, com uma previsão de execução de 11.155.830,00€, alcançou um grau de execução de 49,34%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE 2020 a 2023



Do montante total de despesa executada, 16.343.030,89€ correspondem a despesas de natureza corrente e 5.504.320,78€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 74,81% e 25,19%, respetivamente.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2020 A 2023 POR CLASSIFICAÇÃO

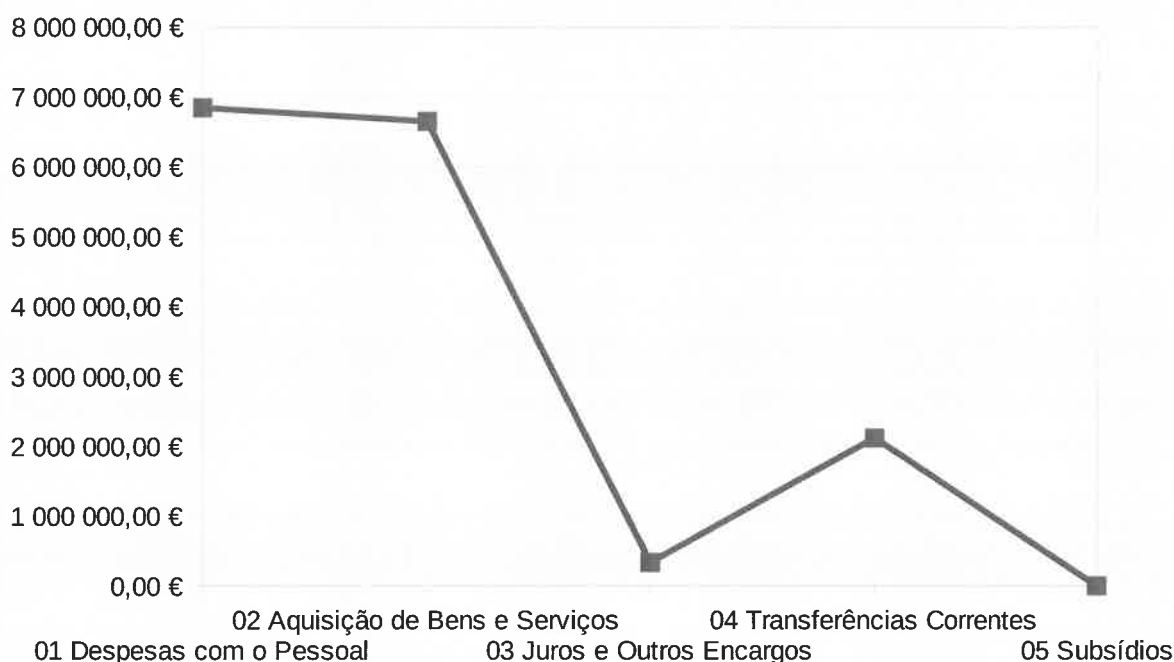
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	DESPESAS PAGAS LIQUIDAS			
	2020	2021	2022	2023
01 Despesas com o Pessoal	4 367 209,27	4 571 356,09	5 972 619,15	6 853 244,97
02 Aquisição de Bens e Serviços	3 774 262,03	4 219 484,87	5 488 058,14	6 653 232,34
03 Juros e Outros Encargos	139 101,20	129 609,84	147 789,04	333 249,69
04 Transferências Correntes	1 100 496,81	1 400 525,83	1 623 959,03	2 118 308,66
05 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	572 152,40	911 788,12	544 382,20	384 995,23
07 Aquisição de Bens de Capital	5 139 401,38	4 722 618,57	4 335 660,22	4 562 818,60
08 Transferências de Capital	35 351,11	187 500,00	156 331,96	161 274,19
09 Ativos Financeiros	39 134,61	0,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	911 967,34	959 859,86	871 132,90	780 227,99
Total	16 079 076,15	17 102 743,18	19 139 932,64	21 847 351,67

Analisando o quadro anterior, é possível verificar que as despesas que representam o gasto necessário ao normal funcionamento da atividade do Município – despesas de funcionamento - onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 13.891.472,54€. Esse valor traduz-se num peso de 63,58% face ao montante de despesa paga no ano de 2023.

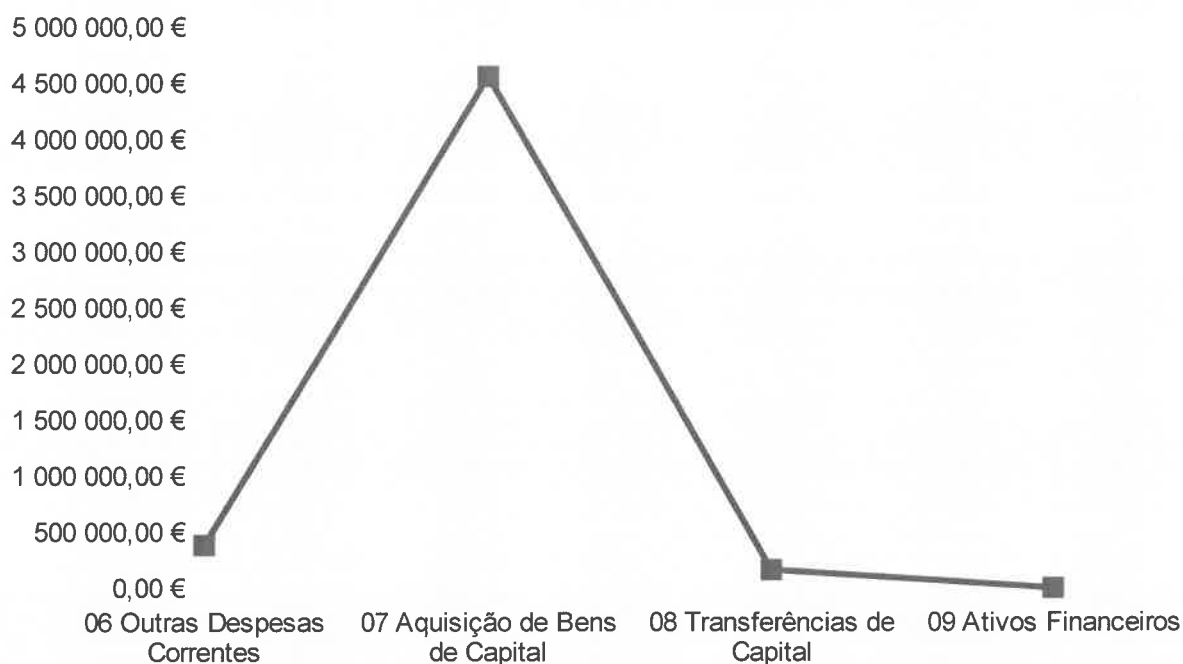
O valor pago com aquisição de bens de capital, que totaliza 4.562.818,60€, corresponde a 20,88% da despesa paga no ano em questão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CORRENTE EM 2023



Já no que diz respeito às despesas de capital (onde estão consideradas as rubricas referentes a investimentos, às transferências de capital e aos ativos e passivos financeiros), são as despesas com a aquisição de bens de capital e com os passivos financeiros que têm maior relevância para o Município, pagando-se 4.562.818,60€ e 780.227,99€, respetivamente, do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE CAPITAL EM 2023



Execução das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) consubstanciam a estrutura do planeamento estratégico do Município, constituindo uma orientação política de desenvolvimento económico e social. As GOP encontra-se suportadas em dois importantes documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM).

O quadro apresentado de seguida procura constituir um elemento facilitador da análise estrutural detalhada das despesas de capital, essencialmente no que diz respeito às funções e sub-funções realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI (documento que se nos afigura como constituindo a primeira base de orientação estratégica municipal) revelando o peso de cada função bem como o seu contributo para esta conta de gerência.

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2023

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	MONTANTE PREVISTO 2023	MONTANTE PREVISTO ANOS SEQUINTE	MONTANTE EXECUTADO 2023	EXEC. FIN.
1.	Funções Gerais	1 429 550,00 €	2 008 250,00 €	1 114 022,20 €	77,93%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 193 600,00 €	1 752 900,00 €	880 060,70 €	73,73%
1.1.1.	Administração Geral	1 193 600,00 €	1 752 900,00 €	880 060,70 €	73,73%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	235 950,00 €	255 350,00 €	233 961,50 €	99,16%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	235 950,00 €	255 350,00 €	233 961,50 €	99,16%
2.	Funções Sociais	7 066 630,00 €	6 978 752,60 €	2 642 623,54 €	37,40%
2.1.	Educação	691 400,00 €	479 400,00 €	600 919,49 €	86,91%
2.1.1.	Ensino Não Superior	691 400,00 €	479 400,00 €	600 919,49 €	86,91%
2.3.	Segurança e Ação Social	3 090 180,00 €	3 809 140,00 €	143 956,79 €	4,66%
2.3.2.	Ação Social	3 090 180,00 €	3 809 140,00 €	143 956,79 €	4,66%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	1 271 200,00 €	2 557 012,60 €	285 668,95 €	22,47%
2.4.2.	Ordenamento do Território	221 350,00 €	500 812,60 €	6 952,00 €	3,14%
2.4.3.	Saneamento	370 100,00 €	950 400,00 €	46 908,71 €	12,67%
2.4.4.	Abastecimento de Água	670 900,00 €	1 100 400,00 €	225 720,09 €	33,64%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	8 850,00 €	5 400,00 €	6 088,15 €	68,79%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 013 850,00 €	133 200,00 €	1 612 078,31 €	80,05%
2.5.1.	Cultura	1 933 700,00 €	800,00 €	1 610 291,32 €	83,28%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	80 150,00 €	132 400,00 €	1 786,99 €	2,23%
3.	Funções Económicas	1 430 400,00 €	3 638 526,60 €	806 172,86 €	56,36%
3.2.	Indústria e Energia	19 950,00 €	1 053 550,00 €	14 621,06 €	73,29%
3.2.0.	Indústria e Energia	19 950,00 €	1 053 550,00 €	14 621,06 €	73,29%
3.3.	Transportes e Comunicações	1 065 000,00 €	2 559 226,60 €	728 772,23 €	68,43%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1 065 000,00 €	2 559 226,60 €	728 772,23 €	68,43%
3.4.	Comércio e Turismo	345 450,00 €	25 750,00 €	62 779,57 €	18,17%
3.4.1.	Mercados e Feiras	27 600,00 €	50,00 €	23 187,10 €	84,01%
3.4.2.	Turismo	317 850,00 €	25 700,00 €	39 592,47 €	12,46%
Total		9 926 580,00 €	12 625 529,20 €	4 562 818,60 €	45,97%

A análise aos dados vertidos no quadro anterior permite concluir que em termos absolutos foi a subfunção 2.5.1 - Cultura que registou maior execução com o valor de 1.610.291,32€. Em termos relativos, a subfunção 1.2.1. - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios foi a que maior grau de execução obteve, com uma percentagem de 99,16% face ao montante previsto.

Das três principais funções, as funções sociais são as que foram financeiramente mais representativas em 2023, com um valor executado de 2.642.623,54€, sendo que dentro destas a que apresenta maior relevância, com um valor executado de 600.919,49€, são as funções inerentes ao Ensino Não Superior.

De seguida, são as funções gerais com um montante de execução alcançado, no exercício económico em análise, de 1.114.022,20€ que maior relevância apresentam.

Alterações Orçamentais

Decorrente da execução inerente aos próprios exercícios económicos, na sua vigência são geralmente realizadas alterações orçamentais que permite a adequação do orçamento à execução orçamental derivado de despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial.

No respeitante ao exercício de 2023 ocorreram quarenta e nove alterações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

NATUREZA DAS ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2023

	ALTERAÇÃO	
	PERMUTATIVA	MODIFICATIVA
Orçamento da Despesa	47	2
Orçamento da Receita	1	2
Plano Plurianual de Investimentos	29	1
Plano de Atividades Municipais	33	2

Dispondo a informação relativa às alterações orçamentais por grupos em que se agregam quer os reforços, quer as diminuições a que estiveram sujeitas as diferentes rubricas económicas da despesa e da receita autárquica, analisa-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano de 2023, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2023

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÕES INICIAIS		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Despesas Correntes	13 993 170,00	65,44%	8 471 405,69	2 317 641,00	20 146 934,69	64,36%
01 Despesas com o pessoal	7 221 929,00	33,77%	298 900,00	242 450,00	7 278 379,00	23,25%
02 Aquisição de bens e serviços	4 299 897,00	20,11%	6 354 281,00	1 371 091,00	9 283 087,00	29,66%
03 Juros e outros encargos	163 300,00	0,76%	187 474,69	0,00	350 774,69	1,12%
04 Transferências correntes	1 436 300,00	6,72%	1 275 250,00	93 600,00	2 617 950,00	8,36%
06 Outras despesas correntes	871 744,00	4,08%	355 500,00	610 500,00	616 744,00	1,97%
Despesas de Capital	7 389 330,00	34,56%	7 251 600,00	3 485 100,00	11 155 830,00	35,64%
07 Aquisição de bens de capital	6 533 080,00	30,55%	6 841 600,00	3 448 100,00	9 926 580,00	31,71%
08 Transferências de capital	70 200,00	0,33%	410 000,00	37 000,00	443 200,00	1,42%
09 Ativos financeiros	50,00	0,00%	0,00	0,00	50,00	0,00%
10 Passivos financeiros	786 000,00	3,68%	0,00	0,00	786 000,00	2,51%
Total	21 382 500,00	100,00%	15 723 005,69	5 802 741,00	31 302 764,69	100,00%

Dos dados apresentados no quadro anterior verifica-se que em consequência das alterações realizadas ao orçamento da despesa para o exercício económico em análise, foram executados reforços no valor de 15.723.005,69€, que tiveram como contrapartida a diminuição das dotações de algumas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, no montante total de 5.802.741,00€.

Refira-se que dentro dos reforços orçamentais, se utilizou o valor de 8.902.304,89€ com utilização do saldo orçamental da gerência anterior.

Ainda relativamente às alterações às diversas tipologias de despesa, para além das prováveis implicações que os diferentes reforços e diminuições contêm exclusivamente no orçamento da despesa, tiveram obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, determinando por isso modificações e também revisões naqueles documentos.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2023

RUBRICAS	PREVISÕES INICIAIS		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Receitas Correntes	17 383 264,47	81,30%	2 105 476,00	720 000,00	18 768 740,47	59,96%
01 Impostos diretos	4 048 288,00	18,93%	806 833,00	0,00	4 855 121,00	15,51%
02 Impostos indiretos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
04 Taxas, multas e outras penalidades	495 950,00	2,32%	151 932,00	0,00	647 882,00	2,07%
05 Rendimentos de propriedade	687 300,00	3,21%	126 054,00	0,00	813 354,00	2,60%
06 Transferências correntes	10 223 400,00	47,81%	1,00	571 000,00	9 652 401,00	30,84%
07 Venda de bens e serv. correntes	1 498 300,00	7,01%	528 229,00	0,00	2 026 529,00	6,47%
08 Outras receitas correntes	430 026,47	2,01%	492 427,00	149 000,00	773 453,47	2,47%
Receitas de Capital	3 999 235,53	18,70%	10 025 033,69	1 490 245,00	12 534 024,22	40,04%
09 Vendas de bens de investimento	555 999,30	2,60%	79 158,00	511 000,00	124 157,30	0,40%
10 Transferências de capital	3 419 136,23	15,99%	1 043 570,80	979 245,00	3 483 462,03	11,13%
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 Outras receitas de capital	24 100,00	0,11%	0,00	0,00	24 100,00	0,08%
16 Saldo da gerência anterior	0,00	0,00%	8 902 304,89	0,00	8 902 304,89	28,44%
Total	21 382 500,00	100,00%	12 130 509,69 €	2 210 245,00	31 302 764,69	100,00%

A primeira alteração modificativa ao orçamento da receita teve por finalidade a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, no montante de 8.902.304,89€, como reforço da receita orçada.

A segunda alteração modificativa consistiu na introdução de financiamentos relativos a participações comunitárias.

Já a alteração permutativa das modificações deveu-se a um conjunto de diminuições pois as dotações das rubricas modificadas revelaram-se elevadas face às execuções previstas até ao final do ano de 2023.

Serviço da Dívida

Avaliando, também numa perspetiva orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo (nomeadamente com juros e respetivas amortizações) no total da despesa e receita municipal, apresenta-se o quadro seguinte. Este propõe-se a apresentar a evolução do serviço da dívida nos últimos quatro anos, considerando portanto juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA 2020 A 2023

Un.: Euros (€)				
	2020	2021	2022	2023
Juros	139 101,20	129 584,49	147 714,26	332 819,16
Amortizações	911 967,34	959 859,86	871 132,90	780 227,99
Total	1 051 068,54	1 089 444,35	1 018 847,16	1 113 047,15
Dívida	9 866 069,02	9 854 821,60	8 894 961,74	7 243 600,85

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo. A dívida financeira total deste município diminuiu, face a 2022, 1.651.360,89€.

Rácios Orçamentais

Conforme oportunamente referido, da execução do orçamento e do plano é possível retirar conclusões também sobre a estratégia da gestão municipal. As mesmas são passíveis de ser condensadas através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	Un.: Euros (€)	
	2022	2023
Rácios da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	26,03%	26,12%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	53,75%	51,66%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	10,32%	10,71%
Receitas Correntes / Receitas Totais	60,14%	88,36%
Receitas de Capital / Receitas Totais	8,30%	11,64%
Rácios da Despesa		
Despesas com o Pessoal / Despesas Correntes	43,35%	41,93%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	39,84%	40,71%
Investimentos / Despesas de Capital	80,84%	82,90%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	16,24%	14,17%
Despesas Correntes / Despesas Totais	71,98%	74,81%
Despesas de Capital / Despesas Totais	28,02%	25,19%
Rácios Financeiros		
Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	35,41%	36,88%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	3,63%	3,72%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	122,42%	113,72%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	43,37%	44,47%

Nota: A rubrica de receitas totais inclui o saldo da gerência anterior.

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o equilíbrio na generalidade dos mesmos. Há que notar o aumento das despesas correntes por força também da transferência de competências, que conduz a variações nos rácios onde essas tipologias estejam presentes.

Decorrendo da análise anterior, vemos também que as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes, ainda que diminuindo o seu peso face a 2022.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,

dados que a receita corrente bruta cobrada em 2023 é superior em 1.838.360,79€ à soma da despesa corrente paga em 2023 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:

Receita Corrente Bruta Cobrada 2023	18 916 211,08 €
Despesa Corrente Paga 2023	16 343 030,89 €
Amortizações Médias Empréstimos	734 819,40 €
Total	17 077 850,29 €
Diferença	1 838 360,79 €

Análise de custos e rendimentos por funções

Ao longo dos últimos anos a Contabilidade Pública tem vindo a sofrer algumas reformas consideradas essenciais ao desenvolvimento e inovação dos sistemas contabilísticos das entidades públicas, e, no caso, no que se refere à gestão financeira e das contas públicas da administração pública municipal.

Mais recentemente, a implementação da alteração operada por força da obrigatoriedade de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) veio reforçar a importância da Contabilidade de Gestão enquanto instrumento de gestão financeira. Assim, tal veio a assegurar, e de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP27), a produção de informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, o que visa a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos, tendo como objetivo o enriquecimento do processo de tomada de decisões.

Efetivamente, a implementação do SNC-AP procedeu à criação de bases tidas como essenciais para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão na Administração Pública, definindo portanto os requisitos gerais para a sua apresentação, procedendo a orientações para a sua estrutura e desenvolvimento, tal como prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. É neste sentido, existindo já as condições mínimas necessárias para a integração consistente da contabilidade orçamental, financeira e de gestão, que a Contabilidade de Gestão se revela um instrumento com importância para o apoio à gestão.

Tendo aquelas premissas sempre em consideração, a Contabilidade de Gestão no Município de Vale de Cambra tem vindo a focar-se numa análise dos custos e dos rendimentos por funções, conseguindo, assim, a obtenção de informação adicional para a gestão. É através do apuramento dos custos e da alocação da receita dos respetivos bens, serviços e funções, que se torna então possível a obtenção de determinados indicadores e a análise de desvios que contribuem para o acompanhamento e controlo da gestão dos projetos municipais.

Este é, assim, uma tipologia de contabilidade que adiciona informação, completando-a, pois permite aos serviços municipais passarem a apurar, além dos gastos, também os

rendimentos e os resultados das atividades e projetos que contribuem para a concretização das políticas públicas e para o cumprimento dos objetivos do executivo em funções.

É de notar o cumprimento integral do previsto nos parágrafos na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, como seja a afetação dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, fruto de um esforço acrescido com vista à criação de uma estrutura, efetivação das parametrizações necessárias e consequente operacionalização.

Atentando a este enquadramento, apresenta-se de seguida uma análise dos custos e rendimentos por funções, assim como uma análise dos custos e rendimentos das principais atividades do Município de Vale de Cambra no ano de 2023.

Análise dos Resultados por Funções

Estando de acordo com o preceituado no SNC-AP, em articulação com a NCP27, a Contabilidade de Gestão do Município de Vale de Cambra, assenta numa classificação funcional dos custos e rendimentos.

Nesse sentido, é adicionalmente efetuada uma reclassificação dos gastos por atividades principais que nos possibilita a apresentação do resultado líquido do exercício, por funções.

É, deste modo, objetivo do quadro que se apresenta de seguida, a análise dos rendimentos e gastos do período, partindo-se da verificação dos gastos e rendimentos dos produtos vendidos, que no caso do Município de Vale de Cambra se refere apenas à água que é disponibilizada à população, e dos serviços prestados e rendimentos gerais obtidos.

RESULTADOS POR FUNÇÕES

Un.: Euros (€)

		2023
	RENDIMENTOS DIRETOS (1)	6 562 621,01
981 (C)	Produtos vendidos	894 947,52
982 (C)	Serviços prestados	5 667 673,49
	GASTOS INCORPORADOS (2)	21 143 725,92
981 (D)	Custos dos Produtos vendidos	1 547 158,80
982 (D)	Custos dos Serviços prestados	19 596 567,12
	RESULTADO BRUTO DO PERÍODO (3) = (1) - (2)	-14 581 104,91
981 (Saldo)	Produtos	-652 211,28
982 (Saldo)	Serviços	-13 928 893,63
987	RENDIMENTOS GERAIS (4)	14 181 845,60
9871	Impostos e taxas	5 438 886,37
9872	Transferências e subsídios correntes obtidos	6 564 154,82
9873	Rendimentos ambientais	
9875	Rendimentos financeiros	
9879	Outros rendimentos	2 178 804,41
986	GASTOS NÃO INCORPORADOS (5)	0,00
9861	Gastos operacionais	
9862	Transferências e subsídios concedidos	
9863	Gastos ambientais	
9864	Gastos administrativos	
9865	Gastos financeiros	
9869	Outros gastos	
98	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (6 = 3+4-5)	-399 259,31

Conforme o quadro acima apresentado, e feito o estudo ao resultado por funções, o resultado líquido obtido para o ano em análise foi de -399.259,31€, de acordo portanto com o já referido no ponto relativo ao Reporte Financeiro.

Assim, a soma dos rendimentos gerais e dos rendimentos diretos, alcançados pela venda de água e serviços prestados aos munícipes, permite concluir que os rendimentos, na sua globalidade, no montante de 20.744.466,61€, não cobrem a totalidade dos gastos.

No que se refere à venda de produtos, podemos constatar um cenário semelhante, pois o

rendimento obtido fica aquém dos custos tidos com os mesmos, alcançando-se um resultado de -652.211,28€.

Os serviços prestados tiveram um saldo de -13.928.893,63€, uma vez que os seus gastos ultrapassam os rendimentos obtidos em cerca de 70%.

Análise dos Resultados por Produtos Vendidos e Serviços Prestados

Com a reclassificação dos gastos e a devida imputação a cada bem ou serviço produzido, conforme previsto na NCP 27, torna-se possível apresentar a análise ao resultado dos produtos vendidos e de cada serviço prestado, como se efetua no quadro que se segue.

Nesse sentido, e tanto na situação dos produtos como no caso dos serviços, os rendimentos e os gastos obtidos referem-se à quantidade de água faturada e aos serviços prestados aos munícipes em 2023, sendo que no caso dos rendimentos apenas se consideram aqueles que contribuem diretamente para o resultado das atividades.

Assim, não contribuem para esta análise os rendimentos obtidos com impostos e taxas, bem como de transferências e subsídios correntes e outros rendimentos que não contribuem de forma direta para a sustentabilidade dessas atividades identificadas como principais, daí a diferença em relação ao resultado alcançado pela globalidade dos rendimentos.

A coluna relativa ao *tipo de unidades* apresenta o indutor considerado adequado ao calculo do resultado unitário final de cada atividade ou serviço definidos como principais.

RESULTADOS POR PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Un.: Euros (€)

	Produtos/ serviços	Rendimentos (1)	Gastos (2)	Resultado Gastos Bruto (3) = (1) - (2)	Tipo de unidades (4)	Nº de unidades (5)	Rendimento médio por unidade (6) = (1) / (5)	Gasto médio por unidade (7) = (2) / (5)
99.1.2.3.3	Abastecimento de água	894 947,52	1 547 158,80	-652 211,25	m3 faturados	650457	1,38	2,38
99.2.1.1.1.03.02.02	Contraordenações rodoviárias	10 901,80	1 538,23	9 363,57	Nº de contraordenações	303	35,98	5,08
99.2.1.1.1.03.03.02	Espaço cidadão	0,00	1 030,87	-1 030,87	Utentes	493	0,00	2,09
99.2.1.1.1.06.01.01	Arquivo municipal (exterior/município)	39,43	0,00	39,43	Utentes	760	0,05	0,00
99.2.1.2.1.01.01	Proteção civil	10 000,00	152 009,59	-142 009,59	Área do município (km2)	147,33	67,87	1 031,76
99.2.1.2.1.02.01.01	Floresta	66 819,68	637 003,68	-570 184,00	Área florestal (há)	9700	6,89	65,67
99.2.2.1.2.01	Pessoal (escolas)	1 358 587,29	2 463 978,48	-1 105 391,18	Alunos	2631	516,38	936,52
99.2.2.1.2.02	Refeições escolares	418 962,39	1 362 876,58	-943 914,18	Refeições	247561	1,69	5,51
99.2.2.1.2.03	Leite escolar	34 170,10	38 387,81	-4 217,70	Unidade	87996	0,39	0,44
99.2.2.1.2.04	Transportes escolares	54 775,10	919 019,61	-864 244,52	Alunos abrangidos	372	147,24	2 470,48
99.2.2.1.2.05	AEC's	61 351,00	178 849,93	-117 498,93	Alunos abrangidos	469	130,81	381,34
99.2.2.1.2.06	AAAF's/Prolongamento de horário	147 729,23	216 345,16	-68 615,93	Alunos abrangidos	258	572,59	838,55
99.2.2.1.2.07	Funcionamento corrente (escolas)	159 765,61	1 205 845,00	-1 046 079,40	Alunos	2831	60,72	458,32
99.2.2.1.2.08	Ação social escolar	0,00	38 984,27	-38 984,27	Alunos abrangidos	507	0,00	76,89
99.2.2.1.2.09	Organização e gestão escolar	32 373,29	603 358,57	-570 985,28	Alunos	2631	12,30	229,33
99.2.2.1.2.10	Equipamentos (escolas)	19 031,00	5 688,44	13 342,56	Alunos	2631	7,23	2,16
99.2.2.1.3.01	Saúde	0,00	61 185,88	-61 185,88	População Municipal	21269	0,00	2,88
99.2.2.1.3.02	Ação social	258 810,20	1 267 922,21	-1 009 112,00	Beneficiários	2066	125,27	613,71
99.2.2.1.3.03	Habitação social	24 682,38	17 065,88	7 616,50	Fogos	2	12 341,19	8 532,94
99.2.2.1.4	Empreendedorismo e emprego	0,00	62 203,27	-62 203,28	Utentes	948	0,00	65,62
99.2.2.3.4	Saneamento básico	408 481,44	680 483,78	-272 002,34	m3 entregues p/ tratamento	1377507	0,30	0,49
99.2.2.3.5	Recolha de resíduos sólidos urbanos	351 208,78	2 259 470,17	-1 908 261,38	Volumes tratados (T)	7749,42	45,32	291,57
99.2.2.3.7	Ambiente	28 325,00	233 216,79	-204 891,79	Nº de utilizadores	8075	3,51	28,88
99.2.2.4.2.01	Centro Cultural de Madeira de Cambra	5 613,27	130 246,53	-124 633,27	Espetadores	8776	0,64	14,84
99.2.2.4.2.02	Centro de Artes e Espetáculos	0,00	44 681,79	-44 681,78	Visitantes	0	-	-
99.2.2.4.2.03	Museu	0,00	11 933,77	-11 933,77	Visitantes	1133	0,00	10,53
99.2.2.4.2.04	Biblioteca	1 232,38	711 991,39	-710 759,01	Leitores inscritos	10886	0,11	65,40
99.2.2.4.2.05	Promoção da cultura	36 645,62	1 106 871,76	-1 070 226,15	Eventos	23	1 593,29	48 124,86
99.2.2.4.3.01	Piscinas municipais	201 628,30	1 423 166,21	-1 221 537,91	Utentes	1089	185,15	1 306,86
99.2.2.4.3.02	Pavilhão municipal	0,00	200 320,20	-200 320,21	Taxa de ocupação	0,7315	0,00	273 848,53
99.2.2.4.3.03	Promoção do desporto	80 134,73	612 587,84	-532 453,12	Eventos	46	1 742,06	13 317,13
99.2.3.1.2	Gabinete de veterinária	27 971,75	202 376,75	-174 404,99	Utentes	314	89,08	644,51
99.2.3.2.2	Licenciamento de obras particulares e industrial	746 788,38	287 085,95	459 702,43	Nº de licenciamentos	194	3 849,42	1 479,82
99.2.3.3.1	Iluminação pública	761 518,76	261 993,13	499 525,63	Pontos de IP	147	5 180,40	1 782,27
99.2.3.3.2	Vias municipais	208 366,47	665 698,55	-457 332,09	Km de via	575,5	362,06	1 156,73
99.2.3.4.1.01	Parque de estacionamento subterrâneo	36 227,07	143 724,09	-107 497,03	Número de lugares	188	192,70	764,49
99.2.3.4.1.02	Estacionamento à superfície	19 910,23	5 105,72	14 804,51	Número de lugares	256	77,77	19,94
99.2.3.5.1	Metrologia	12 875,13	62 698,97	-49 823,85	Nº de intervenções	362	35,57	173,20
99.2.3.5.2	Comércio, mercados e feiras	67 575,12	162 332,02	-94 756,90	Número de licenças / autorizações	369	183,13	439,92
99.2.3.6.1.01	Centro interpretativo da Serra da Freita	0,00	24 152,20	-24 152,20	Visitantes	0	-	-
99.2.3.6.1.02	Promoção do turismo	0,00	275 606,74	-275 606,74	Eventos	6	0,00	45 934,46
99.2.4.2.1	Cemitério	7 352,55	81 164,22	-73 811,67	Área do espaço (m2)	7143	1,03	11,36
99.2.4.3.1.01	Parque urbano da cidade	1 479,00	14 425,81	-12 946,81	Área do espaço (m2)	260000	0,01	0,06
99.2.4.3.1.02	Praia fluvial de Burgães	0,00	37 008,39	-37 008,39	Área do espaço (m2)	13000	0,00	2,85
99.2.4.3.1.03	Outros espaços verdes	6 341,01	724 930,89	-718 589,88	Área do espaço (m2)	70000	0,09	10,36
	TOTAL	6 562 621,01	21 143 725,92	-14 581 104,91				

Análise dos Custos por Atividades ou Funções

É objetivo da análise que se segue proceder-se à divulgação dos custos por atividade ou funções suportados pelo Município de Vale de Cambra, no ano em análise. Assim, a opção recai na divulgação do custo das várias atividades que integram as diferentes funções.

Nesse sentido, existem quatro grandes áreas de intervenção, nomeadamente as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e outras funções. A partir dessa estrutura, é passível de ser verificado qual o contributo de cada uma delas para o desenvolvimento nas áreas de intervenção e prossecução das suas atribuições, quantificando os resultados obtidos pelo município, nos diversos níveis.

Previamente a proceder à imputação aos custos dos bens ou serviços finais, os custos obtidos por cada uma das atividades consideradas auxiliares das diferentes unidades orgânicas foram repartidos com base no peso dos gastos diretos das atividades principais, que integram cada uma dessas unidades orgânicas.

Já o indutor considerado adequado à repartição dos custos da presidência, nomeadamente do seu gabinete de apoio, do gabinete de apoio à vereação e do gabinete de comunicação e protocolo, foi a repartição do seu custo de acordo com o peso dos gastos diretos das diferentes atividades principais do Município.

CUSTOS POR ATIVIDADES OU FUNÇÕES GERAIS

Un.: Euros (€)

GASTOS	FUNÇÕES GERAIS		
	94.1.1.1	94.1.2.1	Total
	Administração Geral	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	
GASTOS DIRETOS	7 310 336,58	522 743,56	7 833 080,14
60 Transferências e subsídios concedidos	563 773,79	67 331,50	631 105,29
61 CMVMC	165 865,62	9 334,77	175 200,39
62 Fornecimentos e serviços externos	1 302 964,67	232 601,04	1 535 565,71
63 Gastos com o pessoal	2 194 436,25	203 247,29	2 397 683,54
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 657 160,55	10 228,96	2 667 389,51
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos	87 629,34	0,00	87 629,34
69 Gastos por juros e outros encargos	338 506,36	0,00	338 506,36
GASTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00
Gastos indiretos	0,00	0,00	0,00
Total dos Gastos Incorporados (1)	7 310 336,58	522 743,56	7 833 080,14

Da análise às funções gerais, tendo presente custos na ordem dos 7,8 milhões de euros, destaca-se que a administração geral, grupo que agrega os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio, é aquele que largamente se destaca com um contributo de 93,32% dos custos totais daquelas funções em 2023, com um custo superior a 7,3 milhões de euros. Cerca de 520 mil euros atribuem-se à outra função geral – Proteção Civil e Luta Contra Incêndios. Quanto à tipologia de gastos naquelas funções, 34%, num valor superior a 2,6 milhões de euros, referem-se a Gastos de Depreciação e Amortização. De seguida temos 31%, num valor de quase 2,4 milhões de euros, para os Custos com o Pessoal e 20%, num valor de 1,5 milhões de euros nos Fornecimentos e Serviços Externos. Com 8% (630 mil euros) temos as Transferências e Subsídios Concedidos, os Gastos por Juros e Outros Encargos somam cerca de 340 mil euros o que corresponde a 4%, o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas foi de 175 mil euros (2%). Por fim temos Outros Gastos com 1% e um valor na ordem dos 87 mil euros.

CUSTOS POR ATIVIDADES OU FUNÇÕES SOCIAIS

Un.: Euros (€)

GASTOS	FUNÇÕES SOCIAIS (parte 1/2)							
	DASE				DPOGU			
	94.2.1.1	94.2.1.2	94.2.1.3	94.2.1.4	94.2.2.1	94.2.2.2	94.2.2.3	94.2.2.4
	Secção de Apoio	Educação	Ação Social	Empreendedorismo e Emprego	Secção de Apoio	SIG	Gestão Urbanística	Estudos, Planos Municipais e Projetos
GASTOS DIRETOS	150 241,67	4 425 983,36	774 482,72	33 838,08	106 350,62	28 319,27	115 274,90	61 911,10
60 Transferências e subsídios concedidos	0,00	742 269,81	398 153,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 CMVMC	2 719,51	17 838,16	821,29	0,00	57,25	105,55	315,40	0,00
62 Fornecimentos e serviços externos	115 591,14	1 552 119,45	132 542,77	1 205,59	22 037,51	27 219,30	851,92	13 087,20
63 Gastos com o pessoal	10 039,24	1 833 906,39	214 467,41	32 595,19	60 315,11	623,32	114 107,58	48 823,90
64 Gastos de depreciação e de amortização	21 711,78	279 687,08	28 497,62	37,30	23 940,75	371,10	0,00	0,00
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos	180,00	162,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69 Gastos por juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Gastos Incorporados (1)	150 241,67	4 425 983,36	774 482,72	33 838,08	106 350,62	28 319,27	115 274,90	61 911,10

CUSTOS POR ATIVIDADES OU FUNÇÕES SOCIAIS (continuação)

Un.: Euros (€)

Un.: Euros (€)

GASTOS	FUNÇÕES SOCIAIS (parte 2/2)								Total
	DASU					DCDT			
	94.2.3.1	94.2.3.3	94.2.3.4	94.2.3.5	94.2.3.7	94.2.4.1	94.2.4.2	94.2.4.3	
	Seção de Apoio	Água	Saneamento	Recolha de RSU's	Ambiente	Seção de Apoio	Cultura	Desporto	
GASTOS DIRETOS	177 002,66	875 806,76	449 285,68	1 350 757,44	149 979,57	1 236 320,41	525 733,16	712 926,74	10 298 407,31
60 Transferências e subsídios concedidos	0,00	3,04	116 107,24	2 150,27	3,04	275 735,59	62 419,61	3 979,00	1 600 818,15
61 CMVMC	13 503,47	78 215,08	0,00	0,00	20,29	24 916,51	465,67	539,38	61 302,40
62 Fornecimentos e serviços externos	37 271,16	103 684,79	161 491,46	1 203 108,15	84 699,72	697 852,85	94 518,99	262 077,26	4 405 674,41
63 Gastos com o pessoal	126 078,03	372 371,04	3 116,67	0,00	59 037,39	225 508,65	240 194,79	243 680,47	3 212 494,11
64 Gastos depreciação e amortização	0,00	270 539,47	167 956,03	5 835,34	5 979,13	4 692,61	128 134,10	202 650,63	869 493,41
65 Perdas por imparidade	0,00	18 678,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos	150,00	31 955,28	614,28	139 663,68	240,00	7 614,20	0,00	0,00	148 624,64
69 Gastos por juros e outros encargos	0,00	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121 964,64
Gastos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121 964,64
Total dos Gastos Incorporados (1)	177 002,66	875 806,76	449 285,68	1 350 757,44	149 979,57	1 236 320,41	525 733,16	712 926,74	10 420 372,00

A análise aos custos inerentes às funções sociais permite concluir que das quatro divisões municipais que contribuíram para os mesmos, destaca-se a de Ação Social e Educação, com um total de 5,4 milhões de euros, seguida da divisão de Ambiente e Serviços Urbanos com 3 milhões de euros, Cultura, Desporto e Turismo com 2,5 milhões de euros e a divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbanística com 300 mil euros.

Do total de 11 milhões de euros, 40% respeita a Fornecimentos e Serviços Externos, 32% a Gastos com Pessoal, 14% a Transferências e Subsídios Concedidos, 10% a Gastos de Depreciação e de Amortização, 2% a Outros Gastos, 1% a Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e 0,2% a Perdas por Imparidade.

CUSTOS POR ATIVIDADES OU FUNÇÕES ECONÓMICAS

Un.: Euros (€)

GASTOS	FUNÇÕES ECONÓMICAS (parte 1/2)					
	DGFV		DOP		DOME	
	94.3.1.1	94.3.1.2	94.3.2.1	94.3.2.2	94.3.3.1	94.3.3.2
	Secção de Apoio	Gabinete de Veterinária	Secção de Apoio	Licenciamento de Obras Particulares	Iluminação Pública	Vias Municipais
GASTOS DIRETOS	90 027,75	126 901,86	120 403,75	144 567,14	124 396,38	3,05
60 Transferências e subsídios concedi	0,00	7 538,13	0,00	0,00	0,00	3,05
61 CMVMC	0,00	0,00	825,47	0,00	0,00	0,00
62 Fornecimentos e serviços externos	753,83	82 202,42	45,80	3 098,21	124 000,38	0,00
63 Gastos com o pessoal	89 014,96	36 842,14	119 411,05	141 468,93	0,00	0,00
64 Gastos de depreciação e de amortiz	258,96	188,48	11,40	0,00	396,00	0,00
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos	0,00	130,69	110,03	0,00	0,00	0,00
69 Gastos por juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Gastos Incorporados (1)	90 027,75	126 901,86	120 403,75	144 567,14	124 396,38	3,05

CUSTOS POR ATIVIDADES OU FUNÇÕES ECONÓMICAS (continuação)

Un.: Euros (€)

GASTOS	FUNÇÕES ECONÓMICAS (parte 2/2)						Total
	DAJRH		DCDT	DPOGU		94.3.99	
	94.3.5.1	94.3.5.2	94.3.6.1	94.3.4.1	94.3.7.1		
	Metrologia	Comércio, Mercados e Feiras	Turismo	Estacionamento Público	Gestão de Candidaturas e Programas de Financiamento	Outras Funções Económicas	
GASTOS DIRETOS	24 242,95	63 916,24	186 129,03	10 499,44	47 482,35	44 788,71	983 358,65
60 Transferências e subsídios concedi	0,00	12 700,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	25 241,18
61 CMVMC	310,14	0,00	121,00	0,00	0,00	0,00	1 256,61
62 Fornecimentos e serviços externos	3 318,68	4 549,67	61 292,19	5 793,79	47 316,30	13 407,00	345 778,27
63 Gastos com o pessoal	19 824,75	311,66	74 763,99	0,00	0,00	0,00	481 637,48
64 Gastos de depreciação e de amortiz	789,38	46 354,91	44 951,85	4 705,65	0,00	53,06	97 709,69
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos	0,00	0,00	0,00	0,00	166,05	31 328,65	31 735,42
69 Gastos por juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Gastos Incorporados (1)	24 242,95	63 916,24	186 129,03	10 499,44	47 482,35	44 788,71	983 358,65

A análise aos custos inerentes às funções sociais permite concluir que os gastos inerentes a Outras Funções Económicas foram apenas de cerca de 45 mil euros, o que corresponde a 4,5% do total (cerca de 45 mil euros).

Das seis divisões municipais que contribuíram para a totalidade dos gastos daquelas funções, destaca-se a de Obras Particulares, com 254 mil euros, a de Gestão Florestal e Veterinária com 217 mil euros, Cultura, Desporto e Turismo com 186 mil euros, Obras Municipais e Equipamentos com 124 mil euros, a divisão Administrativa, jurídica e de Recursos Humanos com 88 mil euros e a de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbanística com 58 mil euros.

Do total, 49% corresponde a Gastos com Pessoal, 35% a Fornecimentos e Serviços Externos, 9,9% a Gastos de Depreciação e de Amortização, 3% a Outros Gastos, 3% a Transferências e Subsídios Concedidos e 0,1% a Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

CUSTOS POR ATIVIDADES DAS OUTRAS FUNÇÕES

Un.: Euros (€)

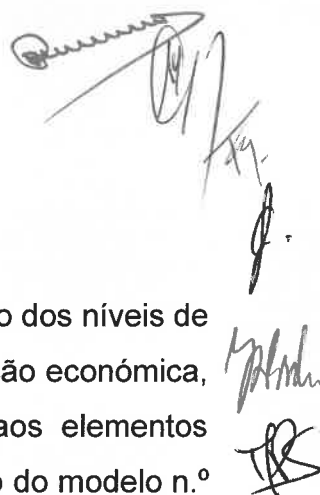
GASTOS	OUTRAS FUNÇÕES						Total
	DOME		DAJRH	DGFV	DOP	94.4.99	
	94.4.1.1	94.4.1.2	94.4.2.1	94.4.3.1	94.4.4.1	94.4.99	
	Secção de Apoio	Fiscalização Técnica	Cemitério	Espaços Verdes	Fiscalização Municipal	Outras Funções - Diversas Não Especificadas	
GASTOS DIRETOS	523 429,51	63 930,50	13 661,88	450 818,11	53 690,76	47 542,23	1 153 072,99
60 Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 CMVMC	216 639,04	0,00	0,00	13 840,62	0,00	0,00	230 479,66
62 Fornecimentos e serviços externos	185 103,98	2 732,50	0,00	225 378,61	325,35	12 240,26	425 780,70
63 Gastos com o pessoal	103 018,87	61 198,00	0,00	204 378,48	53 308,56	0,00	421 903,91
64 Gastos de depreciação e de amortização	18 082,07	0,00	13 661,88	7 220,40	56,85	5 652,10	44 673,30
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos	585,55	0,00	0,00	0,00	0,00	29 649,87	30 235,42
69 Gastos por juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Gastos Incorporados (1)	523 429,51	63 930,50	13 661,88	450 818,11	53 690,76	47 542,23	1 153 072,99

É de referir que as outras funções (diversas não especificadas), contribuíram para o total de custos do Município com um peso de apenas 4%, significando um custo que não chega a 48 mil euros.

Das quatro divisões municipais que contribuíram para Outras Funções, destaca-se a de Obras Municipais e de Equipamento, com um total de 587 mil euros, seguida da divisão de Gestão Florestal e Veterinária com 450 mil euros, Obras Particulares com cerca de 54 mil euros e a divisão Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos com 13,7 mil euros. Do total de 1,1 milhões de euros, 37% respeita a Fornecimentos e Serviços Externos, 36,5% a Gastos com Pessoal, 20% a Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, 4% a Gastos de Depreciação e de Amortização e 2,5% a Outros Gastos.

Outros


17/11
M.
J.
Almeida
R



Endividamento Municipal

A preocupação com o controlo do défice orçamental tal como com o controlo dos níveis de endividamento público é crescente. Nesse sentido, a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna conduz-nos a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do modelo n.º 18 da prestação de contas de 2023, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto “Serviço da Dívida” do presente relatório. Tal visa possibilitar a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

É essencialmente na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que se encontram obrigações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

No que diz respeito ao endividamento, é sempre de referir que o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do Município foi alargado a todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

É então por força da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente do seu artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A aplicabilidade desse normativo à prática do Município de Vale de Cambra em 2023 é sintetizado no quadro seguinte, onde se apura uma margem positiva no valor de 15.691.427,40€

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 01/01/2023		
Receltas Correntes Liquidas		Montante
Ano	2020	14 051 223,58
	2021	14 295 804,98
	2022	16 865 229,25
Total		45 212 257,81
Artigo 52º nº1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores		Valor de referência
		15 070 752,60
Limite máximo 150% a 31/12/2023		22 606 128,91

Balço 31/12/2023		
Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo		
	Financiamentos obtidos	6 262 135,80 €
	SubTotal	6 262 135,80 €
Dividas a terceiros Curto Prazo		
	Fornecedores	309 295,17 €
	Estado e outros entes públicos	79 065,44 €
	Fornecedores de investimentos	16 420,68 €
	Cauções	588 717,41 €
	Sindicatos	1 673,63 €
	Outros Credores	290 208,50 €
	SubTotal	1 285 380,83 €
	TOTAL Balço	7 547 516,63 €
	Operações de Tesouraria	728 174,01 €
	Total dívida de operações orçamentais Município	6 819 342,62 €
	% da dívida para o limite máximo	30,17%
	% da dívida como referência a média das receitas	45,25%
	Total dividas das entidades	95 358,88 €
	Total dívida do Município + Participadas	6 914 701,50 €
	% da dívida Total para o limite máximo	30,59%
	% da dívida como referência a média das receitas	45,88%
	Margem Positiva	15 691 427,40 €
	Artigo 52º Lei 73/2013 (20% Margem)	3 138 285,48 €

Analisando por outra vertente, é de referir que com as sucessivas alterações legislativas impostas pelas várias Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do Município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Tendo presente o resumo da conjuntura legal apresentado, é importante referir que o Município de Vale de Cambra cumpriu todos aqueles pressupostos legais.

Tendo presente a alteração à Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, a aplicação do Plano é suspensa a partir da data da verificação do cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

Conforme pode ser aferido pelos dados vertidos no presente Relatório e Contas, reitera-se que o Município de Vale de Cambra cumpriu, em 2023, o limite da dívida total, pelo que as medidas impostas pelo PAEL se encontram suspensas, nos termos da Lei.

Redução dos Pagamentos em Atraso

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao ano de 2023, nos termos do definido no artigo 63.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro (Orçamento de Estado para 2023 – OE/2023), verificou-se o cumprimento do legalmente exigido, não existindo pagamentos em atraso.

A implementação do SNC-AP, por parte dos municípios, a partir de 1 de janeiro de 2020, implicou a necessidade de ajustamento da metodologia de apuramento do indicador PMP. A fórmula de cálculo do PMP consubstancia-se no indicador definido nos termos do n.º 4

do Despacho nº9870/2009, do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no Diário da República n.º 71, 2ª série.

Assim, e de acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, manteve-se em 2023 o PMP de 2022 em 15 dias.

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Propõe-se que o resultado líquido do exercício negativo, no montante de 399.259,31€ tenha a seguinte aplicação:

- Aprovação e transferência para a conta 56 Resultados Transitados.



Município de Vale de Cambra

2023

2

3

Demonstrações Financeiras

Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		80 513 124,46 €	79 665 261,60 €
Ativos fixos tangíveis	5	77 283 159,43 €	76 985 601,66 €
Propriedades de investimento	8	420 851,88 €	431 916,96 €
Ativos intangíveis	3	254 839,36 €	273 818,06 €
Participações financeiras	18.1	1 990 686,31 €	1 967 267,64 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	7 962,20 €	6 657,28 €
Outras contas a receber		555 625,28 €	
Ativo corrente		13 684 426,52 €	14 228 850,20 €
Inventários	10	225 159,09 €	247 525,63 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	14	718 761,77 €	455 956,89 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	173 638,77 €	160 850,18 €
Estado e outros entes públicos		33 615,83 €	47 457,46 €
Outras contas a receber	23	3 681 357,43 €	3 711 605,67 €
Diferimentos	1.1	36 357,34 €	10 672,80 €
Caixa e depósitos		8 815 536,29 €	9 594 781,57 €
Total Ativo		94 197 550,98 €	93 894 111,80 €
PATRIMONIO LIQUIDO			
Património Líquido		80 973 528,72 €	80 655 580,50 €
Património/Capital		20 811 649,64 €	20 811 649,64 €
Reservas		2 189 089,69 €	2 176 702,44 €
Resultados transitados		35 790 574,56 €	35 721 697,21 €
Ajustamentos em ativos financeiros		831 508,91 €	785 099,41 €
Outras variações no património líquido		21 749 965,23 €	20 912 686,84 €
Resultado líquido do período		-399 259,31 €	247 744,96 €
Total Património Líquido	23	80 973 528,72 €	80 655 580,50 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		7 059 929,73 €	7 990 434,69 €
Provisões	15	507 606,77 €	507 606,77 €
Financiamentos obtidos	7	6 528 133,96 €	7 359 824,67 €
Outras contas a pagar	23	24 189,00 €	123 003,25 €
Passivo corrente		6 164 092,53 €	5 248 096,61 €
Fornecedores		309 295,17 €	248 678,11 €
Estado e outros entes públicos		79 065,44 €	76 363,31 €
Financiamentos obtidos	6, 7	801 382,42 €	771 074,15 €
Fornecedores de investimentos		16 420,68 €	11 911,98 €
Outras contas a pagar	23	2 077 336,72 €	1 939 835,64 €
Diferimentos	23	2 880 592,10 €	2 200 233,42 €
Total Passivo		13 224 022,26 €	13 238 531,30 €
Total Património Líquido e Passivo		94 197 550,98 €	93 894 111,80 €

Demonstração de Resultados por Natureza

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO
2023/01/01 - 2023/12/31

ANO
2023

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS
S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	5 388 296,88 €	4 912 226,58 €
Vendas	13	862 600,24 €	865 562,33 €
Prestações de serviços e concessões	13	1 040 101,75 €	867 793,16 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	9 654 902,48 €	9 260 726,26 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18.1	-31 008,29 €	-13 959,80 €
Trabalhos para a própria entidade	5	247 983,36 €	190 058,30 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-546 454,22 €	-467 611,75 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-6 816 483,94 €	-5 492 427,37 €
Gastos com pessoal	19	-6 886 090,11 €	-6 266 280,89 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-2 257 167,70 €	-1 830 775,38 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-18 678,06 €	5 881,28 €
Provisões (aumentos/reduções)	18		218 745,58 €
Outros rendimentos		3 524 661,83 €	2 296 684,89 €
Outros gastos		-297 203,30 €	-285 050,35 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 865 460,92 €	4 261 572,84 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 5 8	-3 949 805,44 €	-3 870 127,01 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-84 344,52 €	391 445,83 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	23 951,57 €	13 400,72 €
Juros e gastos similares suportados	7	-338 866,36 €	-157 101,59 €
Resultado antes de impostos		-399 259,31 €	247 744,96 €
Resultado líquido do período		-399 259,31 €	247 744,96 €

Demonstração das Alterações no Património Líquido 2022

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)			

Período	Visualizar Contas s/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim
01-01-2022				
31-12-2022				

Ano
2022

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	TOTAL	Resultado líquido do período	Outras vars. no património líquido	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transferidos	Reservas	Prémios de emissão	Outros instrum. de capital próprio	Ações (quotas) próprias	Capital / Património subscrito	Posição no início do período (1)
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23	20 811 649,64 €				6 690,86 €	127 029,29 €	715 035,50 €		21 086 851,65 €	133 817,19 €		80 512 033,48 €											80 512 033,48 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)						6 690,86 €	127 029,29 €			-174 164,81 €	-133 817,19 €		-174 261,85 €											-174 261,85 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico																								
Alterações de políticas contabilísticas																								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																								
Realização do excedente de revalorização																								
Excedentes de revalorização e respetivas variações																								
Transferências e subsídios de capital																								
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						6 690,86 €	127 126,33 €	-97,04 €		472 311,44 €	-133 817,19 €		-646 476,25 €											472 214,40 €
Correção de erros materiais																								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)																								
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)																								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)																								
Subscrições de capital/património								70 063,91 €																
Entradas para cobertura de perdas																								
Outras operações								70 063,91 €																
Subscrições de prémios de emissão																								
Posição no fim do período (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	23	20 811 649,64 €				2 176 702,44 €	35 721 697,21 €	785 099,41 €		247 743,96 €	247 744,96 €		80 655 580,50 €											80 655 580,50 €

[Handwritten signatures and initials]

Demonstração das Alterações no Património Líquido 2023

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO												
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)												
Período	(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)											
01-01-2023	Visualizar Contas s/ Mov.											
31-12-2023	Visualizar Contas s/ Mov.											
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam			
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instit. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		20 811 649,64 €				2 176 702,44 €	35 721 697,21 €	785 099,41 €		20 912 686,84 €	247 744,96 €	80 655 580,50 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)												
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						12 387,25 €	68 877,35 €			837 278,39 €	-247 744,96 €	670 798,03 €
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital							-166 480,36 €			837 278,39 €		670 798,03 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						12 387,25 €	235 357,71 €				-247 744,96 €	
Correção de erros materiais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)												
Subscrições de capital/património												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Subscrições de prémios de emissão												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		20 811 649,64 €				2 189 089,69 €	35 790 574,56 €	831 508,91 €		21 749 965,23 €	-399 259,31 €	80 973 528,72 €



Município de Vale de Cambra

2023

[Handwritten signatures and initials]

2

3

Anexo às Demonstrações Financeiras

Demonstração de Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	ANO
2023/01/01 - 2023/12/31	2023

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 981 466,44 €	1 703 489,88 €
Recebimentos de contribuintes		5 021 381,34 €	4 610 613,84 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 594 105,38 €	9 313 598,98 €
Recebimentos de utentes		991 076,22 €	391 652,98 €
Pagamentos a fornecedores		-7 040 125,89 €	-6 037 516,62 €
Pagamentos ao pessoal		-6 853 244,97 €	-5 974 644,50 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 279 582,85 €	-1 780 290,99 €
Caixa gerada pelas operações		1 415 075,67 €	2 226 903,57 €
Outros recebimentos/pagamentos		1 308 437,14 €	-30 424,35 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 723 512,81 €	2 196 479,22 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 178 408,71 €	-3 984 233,79 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-93 316,69 €	-88 234,10 €
Pagamentos - Outros ativos		-21 445,91 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		117 346,30 €	368 390,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		794 608,67 €	902 478,27 €
Recebimentos - Transferências de capital		991 870,69 €	1 559 493,04 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 389 345,65 €	-1 242 106,58 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		5 783,86 €	11 656,97 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-780 227,99 €	-871 132,90 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-338 968,31 €	-151 967,75 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 113 412,44 €	-1 011 443,68 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-779 245,28 €	-57 071,04 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		8 815 536,29 €	9 594 781,57 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
SGA De execução orçamental		8 902 304,89 €	8 850 781,04 €
SGA De operações de tesouraria		692 476,68 €	658 714,88 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 815 536,29 €	9 594 781,57 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8 815 536,29 €	9 594 781,57 €
SGS De execução orçamental		8 087 362,28 €	8 902 304,89 €
SGS De operações de tesouraria		728 174,01 €	692 476,68 €

Anexo às Demonstrações Financeiras

Neste ponto são apresentadas as notas que suportam as divulgações que se encontram previstas no SNC-AP, constantes da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Consequentemente, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida na referida norma, mais concretamente no ponto “Modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras” e têm em vista facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas mesmas ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

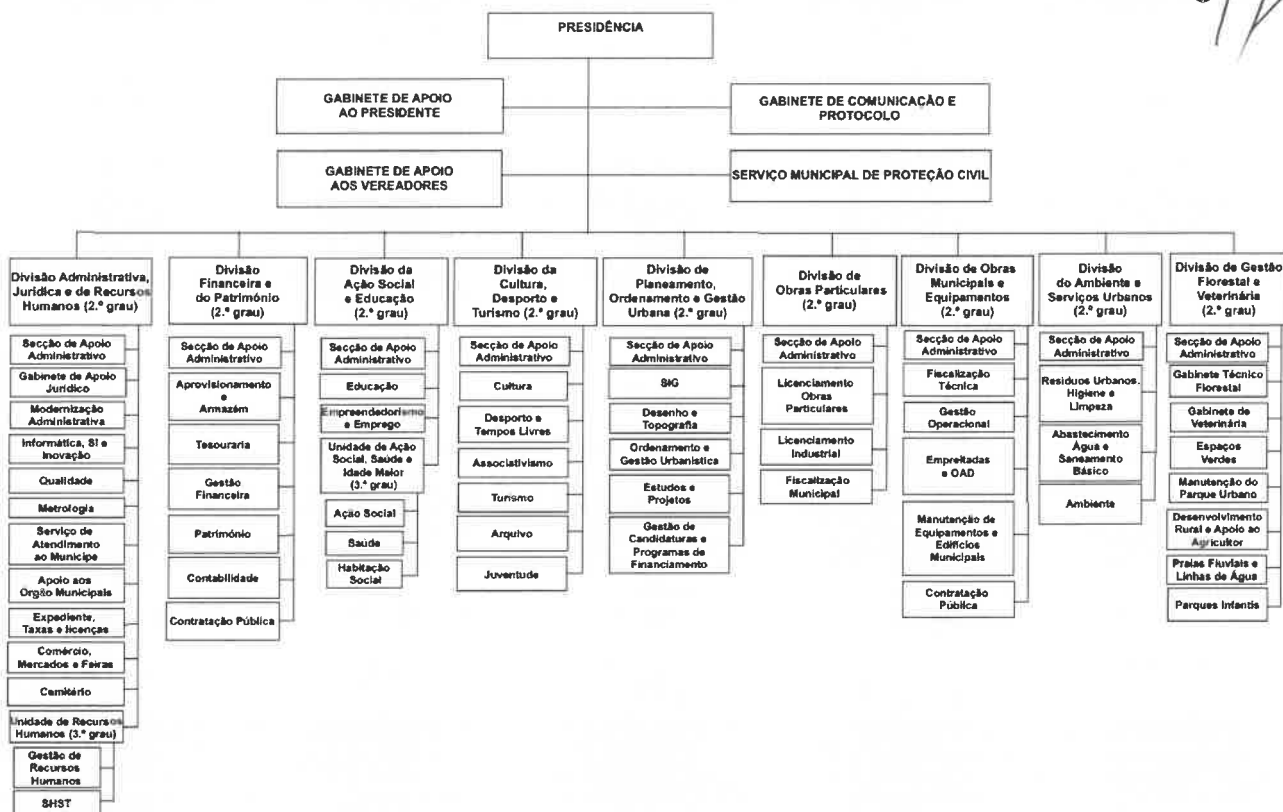
1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1 — Identificação da Entidade e Período de Relato

As divulgações apresentadas seguem a sequência numérica indicada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Os montantes são apresentados em Euro (€).

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras. O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 21.269 habitantes (censos definitivos de 2021). Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro Castelões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova Perrinho, com um total de 20.218 eleitores inscritos, conforme resulta dos cadernos eleitorais das últimas eleições de 2021. A composição do Órgão Executivo e a delegação de competências é apresentada no modelo 8.2 – Caracterização da Entidade.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Denominação	Município de Vale de Cambra		
Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	506735524		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal – armamento	Avenida Camilo Tavares de Matos, Nº19		
Endereço postal – código postal	3720-240 Vale de Cambra		
Telefone	256420510		
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-valedecambra.pt		
Sítio da internet	www.cm-valedecambra.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não		
Organograma	Em anexo		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE		Sim	Não
Serviços Intermunicipalizados			X
Entidades Intermunicipais	Influência dominante		
Entidades Associativas Municipais			
Associação de Municípios Terras de Santa Maria			
Empresas Locais			
Empresas Participadas	Não		
ERSUC – Empresa de Resíduos Sólidos do Centro, S.A.			
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.			
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Não		
Cooperativas	Não		
Fundações	Não		
Entidades de outra natureza			
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
O Município de Vale de Cambra tem como missão implementar políticas eficazes e eficientes, orientadas para as pessoas e que respondam às necessidades da população, fomentando uma gestão pública de qualidade, inovadora e pró-ativa que contribua para o desenvolvimento sustentável do território. No âmbito das suas competências, os serviços municipais devem prosseguir os seguintes objetivos: 1 – Melhorar os serviços prestados aos municípios que promova a qualidade de vida dos municípios e o desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho, aproveitando de uma forma racional e eficaz os meios disponíveis; 2 – Prosseguir o interesse público observando os princípios da eficácia, da igualdade, da transparência, da desburocratização bem como da participação dos cidadãos; 3 – Coordenar e racionalizar os serviços tendo em vista a celeridade e integral execução das deliberações e decisões dos órgãos municipais.			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
6.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO			
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva			
António Alberto Almeida de Matos Gomes			
Mónica Pinto Seixas			
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho			
André Agostinho Martins da Silva			
Tiago Correia Fernandes			
Frederico Costa Martins			
6.2 NÚMERO DE VEREADORES DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO			
Em regime de permanência: 4			
A meio tempo: 0			
Restantes vereadores: 2			
6.3 NÚMERO DE ELEITORES			
Até 10.000			
Mais de 10.000 e menos de 40.000 X			
Igual ou superior a 40.000			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei Nº192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.			
O sistema informático utilizado foi a aplicação da Medidata – SNC-AP.			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviços de Inspeção Tributária		
Data da ação	06-11-2019 a 17-12-2019		
Período abrangido	Janeiro a agosto de 2019		
Identificação da ação	IVA – aplicação do imposto nas aquisições de bens e serviços mistos		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Regulamentos		22-03-2016	28-04-2016
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		Todos publicados no sítio do Município da internet	
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
Alteração Modificativa		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
		23-01-2024	09-02-2024
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		Sim Não X	
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		Sim	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		X	
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		X	
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		Sim	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias		X	
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		X	
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa			
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		306	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		15	15
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício			
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS		Sim X	Não
Concessionário: EDP Distribuição - Energia, S.A.			
Objeto da concessão: Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Vale de Cambra			
Data da concessão: 09 de agosto de 2001			
Período da concessão: 20 anos			
Natureza da concessão: Contrato administrativo			
7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES		Sim	Não X



Apresenta-se de seguida a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS	
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)	
PERÍODO	2023/01/01 - 2023/12/31
DO ANO CONTABILÍSTICO	2023
Conta	Euros
Caixa	8 597,29 €
Depósitos à ordem	8 806 939,00 €
Depósitos no Tesouro	
Depósitos bancários	8 806 939,00 €
Depósitos a prazo	
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	
Total de caixa e depósitos	8 815 536,29 €

O saldo da gerência inclui 8.087.362,28€ de Operações Orçamentais e 728.174,01€ de Operações não Orçamentais.

1.2 — Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

Como anteriormente referido, as demonstrações financeiras foram estruturadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, bem como a aplicação das Normas de Contabilidade Pública relevantes para a entidade.

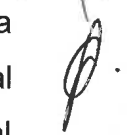
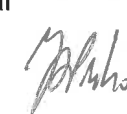
As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Foi então com este enquadramento que o Município efetuou os seguintes procedimentos, em conformidade com o que se encontra previsto na Norma Internacional de Contabilidade Pública n.º 33 (IPSAS 33), de aplicação supletiva ao SNC-AP, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual:

- * Reconhecimento de todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- * Reconhecimento de itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- * Reclassificação de itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; e
- * Aplicação das normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.
- * Está ainda pendente a aplicação da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços na ótica do concedente, relacionada com o contrato de concessão celebrado entre o município de Vale de Cambra e a EDP Distribuição, S.A. (agora E-Redes), atendendo à informação acerca dos ativos e dos passivos/património a reconhecer e que dependerá sempre de informação do próprio concessionário, ainda não recebida mas já solicitada relativamente a 31 de dezembro de 2023, e ao próprio controlo ou regulação dos serviços e preços por parte do concedente ao concessionário, função atribuída à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Essa informação com impacto no ativo e no passivo/património do município terá de ser sempre aferida e validada após a sua receção pelos serviços e executivo do município.

É de referir que relativamente à informação já recebida com referência a 31 de dezembro de 2022 não é possível validar a totalidade e exatidão dos bens do ativo considerados na concessão, bem como o possível efeito no passivo e património do município. De igual modo, não foi fornecido o valor dos ativos da concessão relacionado com o seu eventual resgate e respetiva indemnização.




2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).



Mais especificamente, a atenção incidiu na NCP 2, que tem como objetivo estabelecer os critérios para a seleção e alteração de políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e a divulgação de alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros.

Nesse sentido, quando a um acontecimento ou transação se aplicar uma NCP, a política ou políticas contabilísticas aplicadas a esse item são determinadas pela aplicação dessa NCP. No entanto, existem transações ou acontecimentos que não têm NCP específica, pelo que o Município utiliza o seu julgamento no desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística, ponderando os requisitos e orientações previstos noutras NCP que tratam de matérias semelhantes e/ou relacionadas e as definições e critérios de reconhecimento e mensuração previstos na Estrutura Conceptual do SNC-AP.

Por conseguinte, definida uma política contabilística, ela é alterada quando for exigido por uma outra NCP, ou resultar em informações mais fiáveis e mais relevantes sobre os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições sobre a execução orçamental, posição financeira, desempenho financeiro ou fluxos de caixa da entidade.

São alterações de políticas contabilísticas a alteração de uma base de contabilidade para outra, ou então, a alteração no tratamento contabilístico, reconhecimento ou mensuração de uma transação. As alterações das políticas contabilísticas são aplicadas retrospectivamente, ajustando-se o saldo de abertura de cada componente do património líquido afetado no período anterior apresentado.

2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o Município possui capacidade para a manutenção da sua atividade de prestação de serviços públicos no seu âmbito de atuação.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que são detidos para uso na produção de bens e serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos e se espera que sejam usados por mais de um período de relato.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos

custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O Município procede a testes de imparidade relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu “justo valor deduzido de custo de alienação” e o seu “valor de uso”, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Classe	Anos
Infraestruturas	20
Terrenos e recursos naturais	—
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Para os bens adquiridos e/ou com início de utilização após 1 de janeiro de 2020, as vidas úteis dos bens foram estabelecidas de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2), capítulo 7 do Plano de Contas Multidimensional.

No caso dos bens adquiridos e com início de utilização antes de 1 de janeiro de 2020, o período de vida útil foi atualizado a 1 de janeiro de 2020 para o estabelecido no CC2 para a classe de edifícios e outras construções, mantendo-se as vidas úteis definidas no CIBE, para as restantes classes de bens.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

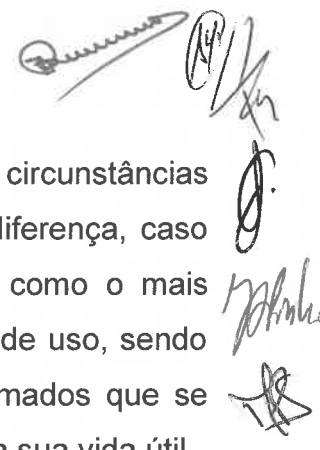
Ativos Intangíveis

O Município reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

Classe	Anos
Goodwill	--
Projetos de desenvolvimento	--
Programas de computador e sistemas de informação	1 a 8
Propriedade industrial e intelectual	--
Outros	--



O Município procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Propriedades de Investimento

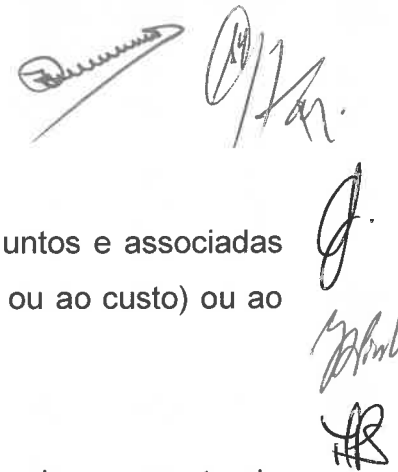
Uma propriedade de investimento é reconhecida como um ativo quando, e apenas quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento (tem de haver uma garantia de que a entidade irá receber as vantagens e os riscos associados ao ativo) e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

Uma propriedade de investimento é inicialmente mensurada ao custo de aquisição.

O custo de uma propriedade de investimento não inclui os custos correntes de serviço da propriedade (mão-de-obra, consumíveis, e o custo de pequenas peças de substituição) que são reconhecidos nos resultados quando suportados.

Quando a propriedade é adquirida numa transação sem contraprestação (por cedência ou apropriação), é mensurada ao justo valor sendo este considerado o custo de aquisição na data inicial.

A análise da imparidade das propriedades de investimento segue a mesma metodologia dos ativos fixos tangíveis, já descrita acima.



Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

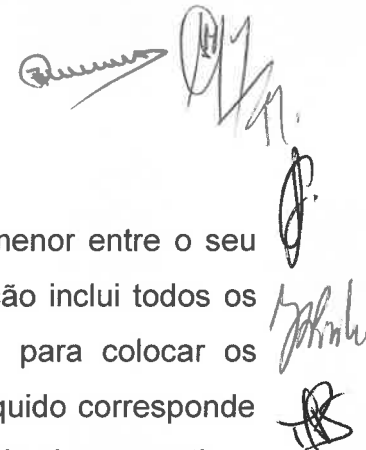
Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método do justo valor, o investimento vai sendo ajustado, pelo menos em cada data de reporte, para o seu justo valor nessa data. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período em que ocorrem.

A opção de mensuração das participações financeiras ao justo valor só está disponível para as participadas cujos instrumentos de capital próprio sejam negociados publicamente ou, não o sendo, cujo seu justo valor possa ser obtido de forma fiável. A NCP 18 determina que o justo valor é apurado com base na cotação de mercado do instrumento, quando ele existe, ou com base em técnica de avaliação.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

É aplicado o método de equivalência patrimonial quando existe um controlo conjunto, acordo vinculativo, influência significativa e ou se julgue conveniente que este será o melhor método para valorização da participação atendendo a toda a legislação e normativos aplicáveis.



Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Município reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Ativos, Passivos e Instrumentos Financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, o Município mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

* Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

* Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

* Ativos financeiros que o Município designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;

* Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

* Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;

* Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;

* Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo -se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, o Município mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorre os seguintes eventos de perda:

- * Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- * Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- * O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- * Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- * O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- * Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou sectoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares características de risco de crédito.

Rendimento de transações sem contraprestação

O Município reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para o Município não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. O Município apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Em algumas situações, a obtenção de controlo do ativo pode também acarretar com ele obrigações. Nestes casos o Município reconhece também um passivo.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, o Município procede à sua divulgação.

Ofertas e doações, incluindo bens em espécie: quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de capitais próprios. O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no

tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

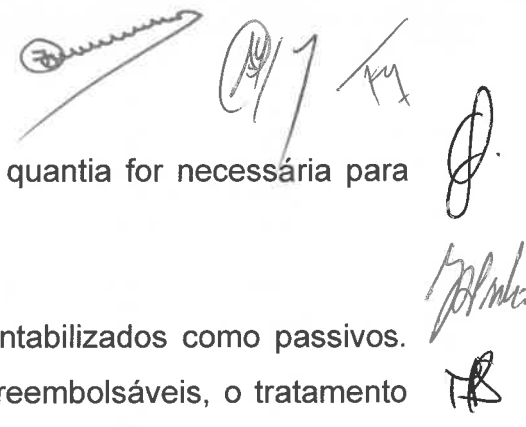
O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- * A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- * Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- * A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- * O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:
- * For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- * A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables,



são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o referido no parágrafo anterior.

Um subsídio de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

Provisões

São reconhecidas provisões quando o Município tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, quando é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e quando é possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

O Município não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Especialização de exercícios

Relativamente ao reconhecimento de gastos e rendimentos, os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- * Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, tendo sempre em consideração os classificadores adotados;
- * Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;
- * Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dividas a receber de clientes;
- * Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e outros acréscimos de gastos.
- * Aplicação do método da equivalência patrimonial;

* Determinação de provisões;

* Reconhecimento do rendimento associado às taxas, impostos e outras transferências.

Para além destes principais juízos de valor e estimativas e do referido na nota 2.5, não foram identificados outros julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade do Município.

2.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgados na nota 2.3 com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Município é apresentada na nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Município, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Órgão Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3. Ativos Intangíveis

Um Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável e sem substância física.

As depreciações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por naturezas.

O Município possui ativos intangíveis totalmente amortizados no valor de 167.477,77€.

O quadro referente aos Ativos Intangíveis é apresentado abaixo:

[Handwritten signatures and initials]

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE												
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)												
(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento)												
Visualizar Contas s/ Mov.												
Sim												
Período		Ano										
01-01-2023		2023										
31-12-2023												
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final	
	Ativos Intangíveis	273 818,06 €	79 129,26 €	-27 711,90 €				-70 396,06 €			254 839,36 €	
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
AI2	Goodwill											
AI3	Projetos de desenvolvimento											
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	9 929,41 €	25 061,88 €					-7 699,58 €			27 291,71 €	
AI5	Propriedade industrial e intelectual											
AI6	Outros	154 056,00 €						-62 696,48 €			91 359,52 €	
AI7	Ativos intangíveis em curso	109 832,65 €	54 067,38 €	-27 711,90 €							136 188,13 €	
	TOTAL	273 818,06 €	79 129,26 €	-27 711,90 €				-70 396,06 €			254 839,36 €	

5. Ativos Fixos Tangíveis

Um Ativo Fixo Tangível é um bem com substância física e são bens de domínio privado ou de domínio público.

Relativamente a esta rubrica ainda está a decorrer um trabalho de análise a bens que estão totalmente amortizados e que se encontram obsoletos, de forma a desreconhecer o ativo bruto e depreciações acumuladas, sem que exista impacto ao nível do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, uma vez que se trata de bens já totalmente depreciados.

Relativamente aos bens móveis inseridos no Património Municipal, em 2023, importa evidenciar:

- * Aquisição de trator corta relva Etesia para os espaços verdes – Consulta Prévia nº47/2023 no valor de 31.242,00€;
- * Aquisição de Mini escavadora Kubota para o serviço de abastecimento de águas – Consulta Prévia nº106/2023 no valor de 39.025,00€;
- * Aquisição de 100 compostores domésticos de 330L para execução da candidatura “Recolhabio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de Bioresíduos” – Consulta Prévia nº56/2023 no valor de 6.048,81€;
- * Aquisição de 65 contentores metálicos de 800L – Consulta Prévia nº21/2023 no valor de 43.972,50€;

Viaturas adquiridas em 2023:

- * Autocarro Temsa (matrícula BB-47-MR) para os serviços de transporte escolar - Ajuste Direto nº36/2023 no valor de 136.899,00€;
- * Mitsubishi L200 (matrícula 47-SV-58) para os serviços de Proteção Civil – Ajuste Direto nº78/2023 no valor de 28.954,20€;
- * Dacia Sandero (matrícula BF-91-RS) para o serviço de abastecimento de águas – Ajuste Direto nº103/2023 no valor de 18.222,45€;

Projeto Valoriza-te

- * Toyota Proace Verso (matrícula BD-60-HZ) – Ajuste Direto nº58/2023 no valor de 60.393,00€;

Operação “Caminhos para a Coesão”

- * Toyota Proace Verso (matrícula BD-56-HZ) – Ajuste Direto nº58/2023 no valor de 60.393,00€;
- * Toyota Proace Verso (matrícula BD-90-BZ) – Ajuste Direto nº58/2023 no valor de 60.393,00€;
- * Toyota Proace City (matrícula BD-54-HZ) – Ajuste Direto nº58/2023 no valor de 41.715,76€.

Relativamente aos bens imóveis, foram efetuadas as seguintes transações (mais relevantes):

- * Zona Industrial de Lordelo/ Codal – Venda do Lote nº 24, valor contratual 120.000,00€;
- * Zona Industrial de Lordelo/ Codal – Venda do Lote nº 2, valor contratual 106.750,00€;
- * Celebração de contrato de direito de superfície por 50 anos a favor da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra – prédio misto com a área de 10948 m2, sendo urbano com 7492 m2 e rústico com 3456 m2, inscritos sob os artigos urbano 2547 e rústico 2693 e descritos sob o n.º 2631/20221129 a favor do Município de Vale de Cambra.
- * Celebração de contrato de direito de superfície por 25 anos a favor da Câmara Municipal para a Estratégia Local de Habitação de dois prédios:
 - artigo 2332R -área 35,40 m2 - descrito 5148 – Rôge (cedido pela freguesia de Rôge);
 - artigo 478U - -área 122 m2 – descrito 5998 – Macieira de Cambra (cedido pela freguesia de Macieira de Cambra).

Nos Municípios têm particular preponderância as infraestruturas. De referir que em termos contabilísticos a passagem de imobilizado para firme ocorre apenas quando é elaborada a conta final da empreitada pela divisão de obras municipais.

Relativamente a obras terminadas em 2023, será de destacar a reabilitação do Centro Escolar de Vila Chã, obra financiada por Fundos Europeus: além das obras efetuadas, foram substituídos equipamentos com vista à melhoria das condições e à modernização

desse complexo escolar.

Na sequência dessa remodelação foram abatidos no Património os equipamentos obsoletos associados ao funcionamento do edifício, por forma a desreconhecer esses valores do Ativo Bruto.

Foram também abatidos vários equipamentos localizados em outros complexos escolares que se encontravam obsoletos.

Em 2023 foram dadas como terminadas as seguintes obras (as mais relevantes):

DESCRIÇÃO	VALOR
Reabilitação do Centro Escolar de Vila Chã	630.897,01€
Centro de Meios Aéreos de Lordelo	483.707,82€
Ligação entre a Rua do Século XXI e a Rua do Vale	435.790,88€
Arranjo Urbanístico da Praça/Jardim de Junqueira	335.769,10€
Arranjos exteriores do Mercado Municipal	332.323,36€
Reabilitação e Impermeabilização R1 (Codal), R6 (Búzio) E R17 (Rossio)	123.001,90€
Redes de Defesa da Floresta contra Incêndios	17.521,35€

A 31/12/2023 estavam em curso as seguintes obras (as mais relevantes):

DESCRIÇÃO	VALOR
Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra	4.303.101,84€
Ampliação da Rede de Águas Residuais – Fase 1 (Rede de Drenagem AR)	196.298,63€
Interpretação e Observação do Vale Mágico – Cascata do Poço do Linho	135.532,18€
Ampliação da rede de Abastecimento de Água – Fase 1	85.825,78€
Rua de acesso ao Parque Industrial de Algeriz	36.651,66€
Ampliação da rede de Abastecimento de Água em vários Locais do Concelho (Saneamento)	35.096,41€
Via de ligação da EN328 à Senhora da Saúde	34.369,02€
Ampliação da rede de Abastecimento de Água em vários Locais do Concelho (Abastecimento de água)	22.022,73€

Contratos de compra e venda de imóveis realizados em 2023:

- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 80-A – Direito de superfície por 50 anos a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vale de Cambra, valor 147.312,00€ e 2.900,18€ (valores fiscais de direito de superfície);
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 86-A – Compra para a “Estratégia Local de Habitação”, valor 65.000,00€;
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 84-A – Escritura de justificação do “Antigo Posto da Guarda”, propriedade do Município, valor 50.313,55€;
- * Casa Pronta nº7456/2023 da Conservatória de Vale de Cambra – Compra para a obra do “Arranjo da envolvente do Rio Viques”, valor 6.952,00€;
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 88-A – Constituição de direito de superfície para a “Estratégia Local de Habitação 2 Prédios das Freguesias de Rôge e Macieira de Cambra” a favor do Município de Vale de Cambra, valor 1.185,00€ e 3.826,55€ (valores fiscais de direito de superfície).

Com a implementação do SNC-AP, o cálculo das amortizações/depreciações de Edifícios e construções foi reajustado com efeito retrospectivo, pelo que a vida útil dos Edifícios e outras construções foi corrigida de acordo com o novo normativo (taxas do novo classificador CC2). Relativamente às depreciações do equipamento básico, incluindo as infraestruturas e para todas as outras classes de bens, não foram registados ajustamentos retroativos, mantendo-se as taxas provenientes do anterior classificador (CIBE). Para todos os bens adquiridos em 2020, 2021, 2022 e 2023, foram aplicadas as taxas conforme previsto no CC2.

Para os bens adquiridos após 2015 (inclusive) são aplicadas as taxas de amortizações pelo regime duodecimal. Antes disso era aplicado o regime anual.

Está incluído nos Ativos Fixos Tangíveis o Parque de Estacionamento Subterrâneo, incluído no património municipal em 29 de dezembro de 2017, com o valor de 4.900.387,00€, atualmente com o valor líquido de 3.386.261,27€.

Para o apuramento do valor registado em Trabalhos para a Própria Entidade, foram retirados valores da contabilidade patrimonial e considerados os projetos mais relevantes. O cálculo dos Trabalhos para a Própria Entidade foi efetuado com o recurso a listagens das aquisições de matérias-primas (conta 31.6.1) para as obras efetuadas por administração direta.

O Município tem vindo a efetuar análise dos bens registados contabilisticamente e o seu registo, ou falta dele, na conservatória, e consequentemente é efetuada também a análise inversa. Não se esperam desta situação correções significativas aos Ativos Fixos Tangíveis ou Propriedades de Investimento.

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por Naturezas.

O Município tem ainda em uso, apesar de se encontrarem totalmente depreciados, ativos fixos tangíveis no valor de 22.831.450,80€, passíveis de serem desagregados por classes, conforme se apresenta no quadro seguinte:

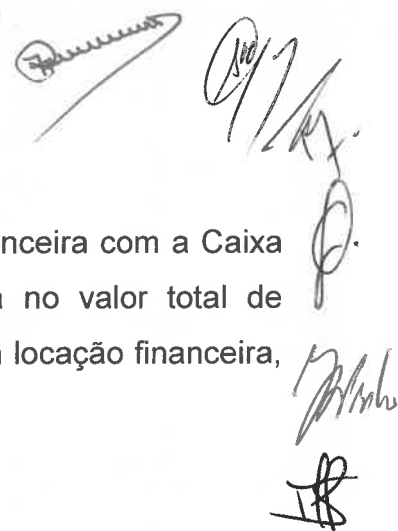
CLASSE	VALOR
Infraestruturas	10.712.728,52€
Edifícios e outras construções	5.271.441,03€
Equipamento básico	2.629.740,83€
Equipamento de transporte	1.048.455,06€
Equipamento administrativo	2.433.295,36€
Outros ativos fixos tangíveis	1.424.418,00€
TOTAL	22.831.450,80€

O quadro referente aos Ativos Tangíveis é apresentado de seguida:

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	39 666 364,64 €	145 321,46 €	915 656,69 €				-2 488 341,79 €		38 239 001,00 €
Terrenos e recursos naturais	8 930 859,30 €	23 242,00 €							8 954 101,30 €
Edifícios e outras construções	763 272,72 €		335 769,10 €				-48 190,86 €		1 050 850,96 €
Infraestruturas	29 500 089,48 €	122 079,46 €	579 887,59 €				-2 418 837,51 €		27 783 219,02 €
Património histórico, artístico e cultural	440 304,55 €						-20 286,34 €		420 018,21 €
Outros	31 838,59 €						-1 027,08 €		30 811,51 €
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros									
Outros ativos fixos tangíveis	37 319 237,02 €	4 161 916,38 €	-915 656,69 €				-1 380 002,51 €	-141 335,77 €	39 044 158,43 €
Terrenos e recursos naturais	7 109 828,18 €	65 000,00 €						-141 283,30 €	7 033 544,88 €
Edifícios e outras construções	23 915 887,50 €		1 509 846,55 €				-834 001,70 €		24 591 732,35 €
Equipamento básico	839 981,68 €	249 911,54 €					-203 488,46 €	-52,47 €	886 352,29 €
Equipamento de transporte	472 189,97 €	407 469,41 €					-163 922,95 €		715 736,43 €
Equipamento administrativo	354 408,24 €	48 752,50 €					-145 211,65 €		257 949,09 €
Equipamentos biológicos		1 138,50 €					-118,60 €		1 019,90 €
Outros	89 101,22 €	38 109,95 €					-33 259,15 €		93 952,02 €
Ativos fixos tangíveis em curso	4 537 840,23 €	3 351 534,48 €	-2 425 503,24 €						5 463 871,47 €
TOTAL	76 985 601,66 €	4 307 237,84 €	0,00 €				-3 868 344,30 €		77 283 159,43 €

6. Locações

No final do ano de 2023 a dívida relativa ao contrato de locação financeira com a Caixa Geral de Depósitos e que versou sobre 4 veículos elétricos, era no valor total de 85.915,53€. O detalhe poderá ser analisado com recurso ao mapa da locação financeira, presente em anexo.



7. Custo de Empréstimos Obtidos

O Município não capitalizou em 2023 quaisquer gastos com juros, uma vez não se tratam de juros que fossem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

O Mapa dos Empréstimos é apresentado em anexo a este documento.

Não são apresentadas as taxas de juros, mas é apresentado o pagamento de juros e outros encargos no exercício por cada financiamento.

8. Propriedades de Investimento

À data de relato existem dois edifícios afetos a propriedades de investimento:

- Bar e restaurante situado à superfície do Parque Subterrâneo, valor líquido 128.203,04€;
- Edifício para apoio ao Parque Urbano, valor líquido 292.648,84€.

PI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE												
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)												
Período		Períodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento			Visualizar Contas / Mov.							
01-01-2023					Sim							
31-12-2023												
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Variações				Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
					Depreciações do Período	Perdas por imparidade						
	Propriedades de Investimento	431 916,96 €			-11 065,08 €							420 851,88 €
PI1	Bens de domínio público											
PI2	Terrenos e recursos naturais											
PI3	Edifícios e outras construções	431 916,96 €			-11 065,08 €							420 851,88 €
PI4	Outras propriedades de investimento											
PI5	Propriedades de Investimento em curso											
TOTAL		431 916,96 €			-11 065,08 €							420 851,88 €

Ano
2023

10. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Município reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Esta rubrica e os movimentos do período detalham-se como se segue:

MUNICIPIO DE VALE DE CAMBRA

Período de 2023/01/01 a 2023/12/31

Rubricas (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	299 642,62 €	74 483,53 €	225 159,09 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	299 642,62 €	74 483,53 €	225 159,09 €

MUNICIPIO DE VALE DE CAMBRA

Período de 2023/01/01 a 2023/12/31

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Mercadorias	0,00 €	29 667,24 €	29 667,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	247 525,63 €	493 682,43 €	516 786,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	738,01 €	225 159,09 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	247 525,63 €	523 349,67 €	546 454,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	738,01 €	225 159,09 €

13. Rendimento de Transação com Contraprestação

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento de transação com contraprestação, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços, estão já apresentados no capítulo 2, acima.

RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO		
PERÍODO	ANO	ANO
	2023	2022
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)	(3)
Prestação de serviços	1 040 101,75 €	867 793,16 €
Saneamento		
Resíduos Sólidos	336 809,72 €	277 707,03 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	9 216,10 €	10 411,76 €
Trabalhos por Conta de Particulares	21 912,13 €	7 034,21 €
Cemitérios	4 415,90 €	11 973,30 €
Mercados e Feiras	54 229,06 €	34 401,88 €
Serviços Sociais	261 341,12 €	237 167,48 €
Serviços Culturais	3 567,20 €	224,00 €
Serviços Desporto	277 567,37 €	226 909,64 €
Aluguer de equipamentos		
Outros serviços	71 043,15 €	61 963,86 €
Venda de bens	862 600,24 €	865 562,33 €
Água		-640,55 €
Outras mercadorias		
Produtos acabados e intermédios	862 600,24 €	866 202,88 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Juros	18 243,75 €	0,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	18 243,75 €	
Royalties		
Dividendos ou distribuições similares		
Outros	2 278 728,86 €	943 279,16 €
Rendimentos Suplementares		97,83 €
Ganhos em inventários	738,01 €	17,20 €
Alienações Ativos fixos tangíveis	75 637,50 €	82 450,00 €
Sinistros		
Terrenos	742 322,08 €	689 780,98 €
Edifícios e outras construções	45 340,30 €	35 660,48 €
Outros rendimentos	1 402 418,98 €	130 246,56 €
Outros rendimentos	1 300 897,92 €	119 462,92 €
Correções relativas a períodos anteriores	101 521,06 €	10 783,64 €
Outros não especificados	12 271,99 €	5 026,11 €
TOTAL	4 199 674,60 €	2 676 634,65 €

Como rendimentos com contraprestação são identificadas as Vendas (saldo apresentado diz essencialmente respeito à venda de abastecimento água efetuado pelo Município), as Prestações de Serviços (que inclui nomeadamente o tratamento de águas residuais, os rendimentos com acesso ao parque de estacionamento, utilização de piscinas ou pavilhões municipais, participações em mercados e feiras, entre outros).

Na rubrica “Outros” estão incluídos os valores de rendas cobradas no ano, nomeadamente as rendas cobradas à EDP (742.322,08€) e ainda mais valias com alienação de ativos fixos tangíveis (75.637,50). Nesta rubrica estão ainda incluídos valores de despesas debitadas a outras entidades.

14. Rendimento de Transação sem Contraprestação

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento de transação sem contraprestação, estão já apresentados no capítulo 2, acima.

No ano de 2023 verificaram-se os seguintes valores de transferências sem contraprestação:

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO					
PERÍODO					ANO
2023-01-02 a 2023-12-31					2023
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	3 844 628,13 €				
Derrama	822 413,69 €				
Imposto municipal sobre imóveis	2 306 915,04 €				
Imposto único de circulação	715 299,40 €				
Outros					
Impostos indiretos	1 129 034,37 €				
Loteamentos e Obras	28 678,50 €				
Ocupação da Via Pública	15 069,19 €				
Publicidade	120,00 €				
Saneamento	120 518,34 €				
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	956 167,89 €				
Outros	8 480,45 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	381 389,55 €				
Mercados e feiras					
Loteamentos e obras	83 857,69 €				
Ocupação da via pública	6 775,57 €				
Saneamento	273 894,31 €				
Licença sobre o ruído					
Outras	3 986,85 €				
Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade	12 875,13 €				
Multas e outras penalidades	33 244,83 €				
Juros de mora	5 747,44 €				
Coimas e penalidades por contraordenações	12 060,80 €				
Outras multas e penalidades	15 436,59 €				
Transferências sem condição	7 332 578,99 €	976 601,00 €			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	6 070 685,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	487 762,00 €				
Participação no IRS	516 671,00 €				
Outras	257 460,99 €				
Administração Regional					
Segurança Social					
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	2 208 419,00 €				
Participação do IVA	110 185,25 €				
Transferências com condição	257 460,99 €				
Subsídios sem condição					

Comparativamente, no ano de 2022 verificaram-se os seguintes valores de transferências sem contraprestação:

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.14.1)					
PERÍODO				ANO	
2022-01-02 a 22-12-31				2022	
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	3 421 289,13 €	0,00 €			
Derrama	466 491,58 €				
Imposto municipal sobre imóveis	2 294 394,00 €				
Imposto único de circulação	660 403,55 €				
Outros					
Impostos indiretos	1 115 921,64 €	0,00 €			
Loteamentos e Obras	111 188,01 €				
Ocupação da Via Pública	4 213,20 €				
Publicidade	4 860,15 €				
Saneamento	88 784,65 €				
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	898 510,46 €				
Outros	8 365,17 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	313 548,26 €	0,00 €			
Mercados e feiras					
Loteamentos e obras	77 719,00 €				
Ocupação da via pública	6 956,25 €				
Saneamento	213 214,85 €				
Licença sobre o ruído					
Outras	2 545,60 €				
Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade	13 112,56 €				
Multas e outras penalidades	61 467,55 €	0,00 €			
Juros de mora	4 401,73 €				
Coimas e penalidades por contraordenações	6 565,00 €				
Outras multas e penalidades	50 500,82 €				
Transferências sem condição	8 558 410,09 €	855 311,00 €			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 840 177,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	466 687,00 €				
Participação no IRS	516 671,00 €				
Administração Regional					
Segurança Social					
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1 655 956,71 €				
Participação do IVA	78 918,38 €				
Transferências com condição	672 291,95 €	0,00 €			
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição	1 353 405,73 €	-1 353 405,73 €			
Legados, ofertas e doações					
Outros					
TOTAL	15 496 334,35 €	-498 094,73 €			

O valor apresentado no primeiro quadro acima inclui valores recebidos no período de 2023 e são referentes a impostos diretos, indiretos, taxas, multas e outras penalidades, no total representam 5.388.296,88€. A maior parte destes valores corresponde a valores recebidos da Autoridade Tributária que efetua as cobranças de IMI, IMT, Derrama e IUC aos Municípios e às empresas do Município.

Adicionalmente estão também neste valor incluídos valores de transferências sem condição, nomeadamente valores que foram recebidos pelo Município em 2023 do Orçamento de Estado. Parte destes valores 7.332.578,99€ estão registados em resultados e outra parte é registada diretamente no Património Líquido dado que resulta de transferências de capital (976.601,00€).

Nas transferências sem condição estão registados os valores recebidos no âmbito da Delegação de Competências – Lei nº50/2018 – Educação (2.208.419,00€).

Na linha “Imputação de Subsídios ao Investimento” estão registados os valores de rendimentos que foram imputados ao exercício dos subsídios ao investimento de obras já concluídas. Este valor afeta positivamente a rubrica de resultados e negativamente o Património Líquido.

De acordo com a NCP 14, e conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, estão registados na conta 20 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis 707.978,13€ que correspondem aos valores de pedidos de pagamento submetidos até 31/12/2023 e que até ao final do exercício de relato não foram recebidos.

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No exercício de 2023 o valor de provisões e os movimentos foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas							
Garantias a clientes							
Processos judiciais em curso	507 606,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	507 606,77 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais							
Matérias ambientais							
Contratos onerosos							
Reestruturação e reorganização							
Outras provisões							
Total	507 606,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	507 606,77 €

É nossa convicção que as provisões constituídas são suficientes face aos processos instaurados contra o Município de Vale de Cambra.

De igual forma não é expectável que existam responsabilidades adicionais relevantes com os processos de expropriação em curso.

Não foram identificados ativos ou passivos contingentes para divulgação.

17 – Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Órgão Executivo em 16 de abril de 2023. As demonstrações financeiras encontram-se ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Municipal.

Em 1 de março de 2024 foi aceite a transferência de competências no domínio da saúde. Não ocorreram outros acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados.

18 - Instrumentos financeiros

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras estão relatadas no capítulo 2.

18.1 – Entidades Participadas

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício		Quantia Escriturada		Método de Mensuração
Denominação	NIF				Valor nominal subscrito	%	Inicial	Final	
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Sociedade Anónima	38212	8 500 000,00 €	96 275,00 €	1,13%	375 170,26 €	361 759,36 €	MEP
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A.	504475606	E.M.,S.A.	71120	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,80%	26 828,50 €	26 234,38 €	MEP
Associação de Municípios Terras de Santa Maria	501651888	AM	84123	5 273 729,95 €	122 806,00 €	16,67%	1 091 758,38 €	1 129 182,07 €	MEP
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Sociedade Anónima	35220	20 500 000,00 €	3 895,00 €	0,02%	3 895,00 €	3 895,00 €	Custo
TOTAL							1 497 652,14 €	1 521 070,81 €	

A entidade participada AMTSM não tem as contas aprovadas à data de relato, pelo que se procedeu à utilização dos últimos elementos disponíveis do exercício 2023. No entanto, não se perspetivam alterações relevantes nas respetivas contas pelo que o ajustamento, a existir, não será significativo.

As contribuições da participação do Município na Associação Nacional de Município Portugueses (ANMP) e na Área Metropolitana do Porto (AMP) foram registadas em anos anteriores como gasto. Em relação à AMP foram recebidas as Demonstrações Financeiras provisórias, sendo que em 2023 a mesma não apresenta dívida a terceiros.

Assim é nossa convicção que o possível efeito destas entidades não será significativo nas Demonstrações Financeiras, nem na informação complementar apresentada. De igual modo, o Município possui comparticipação em outras entidades que assume a forma de quota ou contribuição financeira, sendo registados estes encargos em gastos todos os anos.

Não há obrigação de o Município apresentar contas consolidadas. Assim foi aplicado o método de equivalência patrimonial às entidades referidas anteriormente, dado que este será o melhor método para valorização da participação atendendo a toda a legislação e normativos aplicáveis, nomeadamente, para se dar uma imagem verdadeira e apropriada. O efeito nas demonstrações financeiras da aplicação do MEP, reconhecido na conta 78.5 e 68.5.2, no valor de 22.990,83€.

Foram ainda reconhecidas em “Outras Variações no Património Líquido”, na conta 57.1.3, no valor de 46.409,50€.

18.2 – Outros Ativos Financeiros

O risco de crédito pode ser analisado como se segue:

Rubricas	Quantia escriturada bruta	Imparidade	Valor deduzido da imparidade
Clientes, contribuintes e utentes	384 873,21 €	-203 272,24 €	181 600,97 €
Clientes	384 873,21 €	-203 272,24 €	181 600,97 €

Durante o período foi necessário efetuar reforço das perdas por imparidade no valor de 18.678,16€. As dívidas de clientes sem imparidade correspondem a valores que se encontram por vencer ou com período de vencimento inferior a 6 meses.

Os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio não são significativos, dado que não existem ativos financeiros remunerados ou registados em moeda estrangeira. O valor de Clientes, contribuintes e utentes está dividido em não corrente (7.962,20€) e corrente (173.638,77€).

Não existem ativos financeiros dados, em penhor, promessa de penhor ou outra forma de garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes.

19 – Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2023 o número de funcionários do município era de 306.

Não existem responsabilidades com benefícios de reforma com funcionários.

A conta relacionada (63 – Gastos com Pessoal) que totalizou 6.886.090,11€, subdividiu-se da seguinte forma:

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DEVEDOR
63.0.1.01	Remuneração base	181 754,48 €
63.0.1.05	Subsídio de refeição	6 354,00 €
63.2.1.01.1	Pessoal regime de nomeação definit e contrato trabalho funções públicas tempo indetermin.	4 310 187,52 €
63.2.1.01.4	Pessoal regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	83 799,69 €
63.2.1.01.9.9	Outros	84 750,52 €
63.2.1.05	Subsídio de refeição	387 970,34 €
63.2.2.03	Ajudas de custo	3 918,87 €
63.2.2.04	Trabalho extraordinário	45 350,19 €
63.2.2.06	Abono para falhas	8 370,13 €
63.2.2.07	Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	32 014,20 €
63.2.2.99	Outros abonos variáveis	133 320,14 €
63.5.1.01	Caixa Geral de Aposentações	645 124,68 €
63.5.1.02	Segurança Social - Regime Geral	519 455,05 €
63.5.9	Outros	21 894,07 €
63.6.3	Seguro de acidentes no trabalho	64 214,43 €
63.8.9.09	Outros	229 952,11 €
63.9.2	Subsídios de parentalidade	88 715,48 €
63.9.4	Outras pensões	12 946,86 €
63.9.7.01	Outras prestações familiares	21 673,48 €
63.9.7.02	Outras prestações de ação social	4 323,87 €
		6 886 090,11 €

20. Divulgação de partes relacionadas

Pessoas chave da gestão

Órgão Executivo (eleitos com pelouros atribuídos em 2023)

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva	Eleito	36 710,74 €
António Alberto Almeida Matos Gomes	Eleito	27 688,10 €
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho	Eleito	28 994,21 €
Mónica Pinto Seixas	Eleita	29 391,01 €
André Agostinho Martins da Silva	Eleito	28 020,22 €

A entidade não tem controlo sobre nenhuma das entidades em que participada/comparticipa. No entanto é apresentado num anexo a este relatório e contas o mapa das entidades e contribuições efetuadas.

Para as entidades seguintes existem as seguintes transações e saldos para além dos valores das contribuições e participações:

* Associação de Municípios Terras de Santa Maria:

Transferências Correntes (inclui CIAMTSM) – 80.908,25€

Transferências STAR e respetiva fiscalização – 139.067,17€

Transferências Taxa de Recursos Hídricos – 23,363,97€

Transferências de Capital – 112.517,86€

Saldo em dívida em 31/12/2023 é de 59.138,64€

* Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A.:

Manutenção e atualização do Geoportal e aplicações SIG no valor de 8.197,95€

Compensação relativa a parte do Município de Vale de Cambra nos resultados negativos da empresa em 2022 (art. 40.º da Lei 50/2012) no valor de 8.302,46€.

* ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.:

RSU Tarifa, limpeza das ruas, monos e ramagens e Taxa de Recursos Hídricos – 670.167,00€

Saldo em dívida em 31-12-2023 é de 55.062,71€

21 - Relato por segmentos

A NCP 25 não refere parâmetros para definir segmentos de informação relevantes para divulgação em nota anexa às demonstrações financeiras, contrariamente à IFRS 8, quando esta foca segmentos reportáveis e critérios de agregação. No caso concreto das autarquias locais, tendo em consideração a comparabilidade entre os diferentes municípios, estes critérios deveriam ter um carácter muito objetivo e definido à partida.

É de referir que, até à data, não houve nenhum organismo ligado às autarquias locais, tal como a DGAL ou a DGO, que viesse definir e uniformizar a informação a constar no anexo às demonstrações financeiras no âmbito desta norma.

Adicionalmente, o manual de implementação não aborda esta norma e, por conseguinte, não informa como proceder à sua implementação e definição dos segmentos.

Por outro lado, dada a implementação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, bem como o relato da execução orçamental em que são abordadas as diferentes áreas de atuação do Município no âmbito da NCP 26, poderá existir sobreposição em termos de informação a divulgar, pelo que consideramos as divulgações no âmbito da NCP 25 pouco relevantes.

Assim, a informação já divulgada parece-nos suficiente para avaliar o desempenho passado para atingir os objetivos do Município, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos, pelo que consideramos que não existem utilizadores efetivos ou potenciais da segregação da informação financeira por segmentos que justifiquem o custo da respetiva preparação e divulgação nos termos da NCP 25 – Relato por Segmentos conjugada com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, face aos benefícios que daí decorreriam.

22 – Interesses em Outras Entidades

Ver nota 18.

23 – Outras Divulgações

23.1 – Diferimentos Passivos / Subsídios

Dada a dimensão da rubrica, relatamos adicionalmente que em Diferimentos Passivos estão os valores recebidos até 31/12/2023 de subsídios ao investimento sobre obras/projetos que ainda estão em curso. Por isso, os valores não cumprem ainda a condição para serem reconhecidos como Património Líquido nem estão sujeitos a amortização. O valor apresentado nesta rubrica 2.880.592,10€ é decomposto da seguinte forma:

Obra em curso	Valor recebido
NORTE-05-2316-FEDER-000082-Reabilitação do antigo Cinema para Centro de Artes e Espetáculos	2 744 615,56 €
Interpretação do Vale Mágico – Cascata do Poço do Linho	85 694,00 €
Recuperação do Edifício Anexo à Casa da Tulha	50 282,54 €
	2 880 592,10 €

A 31/12/2022 o valor constante em Diferimentos Passivos e referente a subsídios ao investimento sobre obras/projetos que se encontravam em curso era de 2.200.233,42€, de acordo com o quadro que se segue:

Obra em curso	Valor recebido
NORTE-05-2316-FEDER-000082-Reabilitação do antigo Cinema para Centro de Artes e Espetáculos	1 801 050,96 €
Arranjo Urbanístico da Praça / Jardim de Junqueira	77 396,47 €
Interpretação do Vale Mágico – Cascata do Poço do Linho	41 875,35 €
Novo Centro de Meios Aéreos de Vale de Cambra	229 628,10 €
Recuperação do Edifício Anexo à Casa da Tulha	50 282,54 €
	2 200 233,42 €

23.2 – Outras contas a receber – Acréscimos de Rendimentos

Relativamente aos valores da rubrica Outras Contas a Receber, dada a sua relevância no Ativo, dizem essencialmente respeito aos valores IMI, Derrama, Participação IVA e Participação IRS que serão recebidos em 2024 pelo Município mas que dizem respeito ao ano de 2023. Pelo princípio da especialização foram reconhecidos como ativo em 31/12/2023 dado tratarem-se de um direito que o Município tem nessa data. Relativamente aos valores de Participação de IVA e IRS, os valores estão de acordo com que está estabelecido no Orçamento de Estado para 2023. Quanto ao valor do IMI e da Derrama, os valores foram estimados tendo em conta o Orçamento Municipal para 2024. O saldo a 31/12/2023 da rubrica Impostos e Taxas imputados ao período é de 3.269.752,34€, sendo que a 31/12/2022 esta rubrica apresentava um saldo de 3.319.845,75€.

23.3 – Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica estão essencialmente registados os valores de acréscimos de gastos, nomeadamente relacionados com remunerações e encargos a liquidar em 2024 e outros acréscimos de fornecimentos e serviços externos, subsídios concedidos, etc. Adicionalmente estão também aqui refletidos os valores de cauções e retenções efetuadas a terceiros para execução de diversos contratos, incluindo obras.

O saldo da rubrica Credores por acréscimos de gastos é de 1.207.866,18€ a 31/12/2023, sendo que a 31/12/2022 esta rubrica apresentava um saldo de 1.026.444,99€.

Relativamente a cauções e retenções o saldo desta rubrica a 31/12/2023 é de 588.717,41€, sendo que a 31/12/2022 esta rubrica apresentava um saldo de 646.825,70€.

23.4 – Património Líquido

As alterações mais relevantes são:

- * Aplicação do resultado do exercício;
- * Imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos e recebimento de subsídios de imobilizado financiado, conforme divulgado na nota 14;
- * Efeitos do ajustamento a participações financeiras, conforme divulgado na nota 18.1.

23.5 – Subsídios Concedidos

Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
60.1.3.5.1	Freguesias (PPA)	461 400,00 €	459 000,00 €
60.1.6.1.1	Instituições sem fins lucrativos (correntes)	702 837,06 €	539 127,45 €
60.1.6.1.2	Instituições sem fins lucrativos (PPA)	838 914,83 €	617 845,53 €
60.1.6.2.2.1	Bolsa Estágio	8 977,46 €	3 811,50 €
60.1.6.2.2.2	Subsídio Refeição	4 278,40 €	1 026,09 €
60.1.6.2.2.3	Subsídio Transporte	1 439,76 €	831,45 €
60.1.9	Outros	77 994,24 €	0,00 €
60.4.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos	161 325,95 €	152 266,46 €
60	Transferências e subsídios concedidos	2 257 167,70 €	1 773 908,48 €

23.6 – Fornecimentos e Serviços Externos

Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
62.1	Subcontratos e concessões de serviços	2 580 930,92 €	2 097 265,32 €
62.2.1	Trabalhos especializados	971 382,80 €	697 116,16 €
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	25 656,33 €	12 163,11 €
62.2.3	Vigilância e segurança	81 732,73 €	81 837,02 €
62.2.4	Honorários	70 268,05 €	61 457,87 €
62.2.5	Comissões	118 471,16 €	125 087,37 €
62.2.6	Conservação e reparação	353 709,75 €	298 947,84 €
62.2.9	Outros serviços especializados	1 094,70 €	0,00 €
62.3.1	Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 634,32 €	9 056,60 €
62.3.2	Livros e documentação técnica	0,00 €	20,00 €
62.3.3	Material de escritório	7 342,42 €	7 885,38 €
62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	117 875,31 €	71 477,82 €
62.3.5	Material de educação, cultura e recreio	27 826,92 €	5 196,74 €
62.3.6	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos	30 184,13 €	82 512,95 €
62.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde	2 443,55 €	1 513,01 €
62.3.8	Produtos químicos e de laboratórios	19 470,39 €	8 951,74 €
62.3.9	Outros materiais diversos de consumo	109 542,29 €	28 944,74 €
62.4.1	Electricidade	639 896,94 €	421 652,32 €
62.4.2	Combustíveis e lubrificantes	250 026,81 €	199 587,77 €
62.5.1	Deslocações e estadas	1 004,88 €	1 133,04 €
62.5.2	Transportes de pessoal	3 492,20 €	2 651,27 €
62.6.1	Rendas e alugueres	106 782,38 €	132 967,20 €
62.6.2	Comunicação	74 714,47 €	80 332,79 €
62.6.3	Seguros	31 131,81 €	34 651,60 €
62.6.5	Contencioso e notariado	36 829,26 €	32 509,64 €
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	849,57 €	493,45 €
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	73 264,36 €	481,40 €
62.6.9	Outros serviços	1 071 925,49 €	996 533,22 €
62	Fornecimentos e serviços externos	6 816 483,94 €	5 492 427,37 €

23.7 – Garantias e Avals

No quadro abaixo estão evidenciados os valores de garantias e avals conforme mapa de responsabilidade de crédito do Banco de Portugal. Destas, não é esperado que se convertam em responsabilidades efetivas:

Banco	Descrição	Data	Tipo	Valor
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	02/08/2004	Potencial	90 359,74 €
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	23/11/1999	Potencial	37 460,39 €
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	24/07/1998	Potencial	79 505,29 €
CGD	Cartão de crédito – com período de free-float	28/11/2013	Potencial	2 470,00 €
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	14/07/2009	Potencial	54 000,00 €
BPI	Financiamento à atividade empresarial		Potencial	7 675,00 €
TOTAL				271 470,42 €

23.8 – Cauções e Retenções

Relativamente aos valores de cauções e retenções efetuadas a terceiros em 2023 e anos anteriores, é efetuado um controlo por parte do município, sendo que se considera passivo à data de 31/12/2023, a aguardar o término dos prazos para a sua libertação. O valor total apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação Absoluta
27.7.1.1.1	Exigível até 12 meses - Individual	-601 777,41 €	-660 645,95 €	58 868,54 €